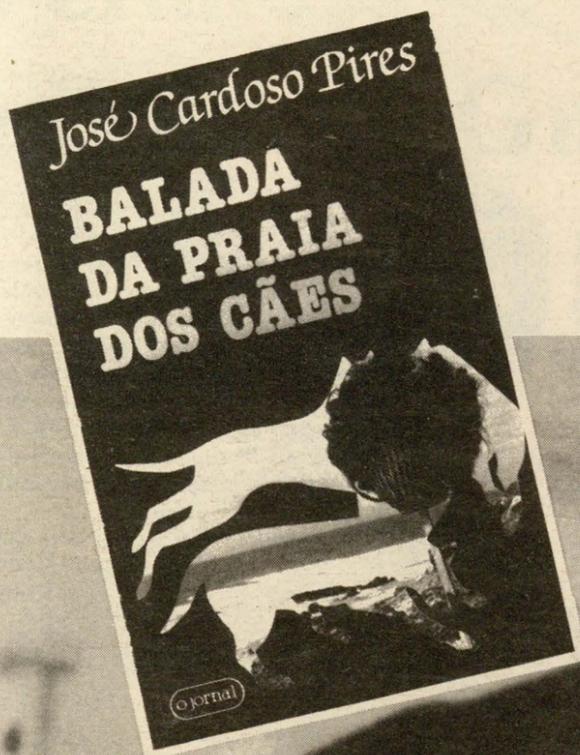


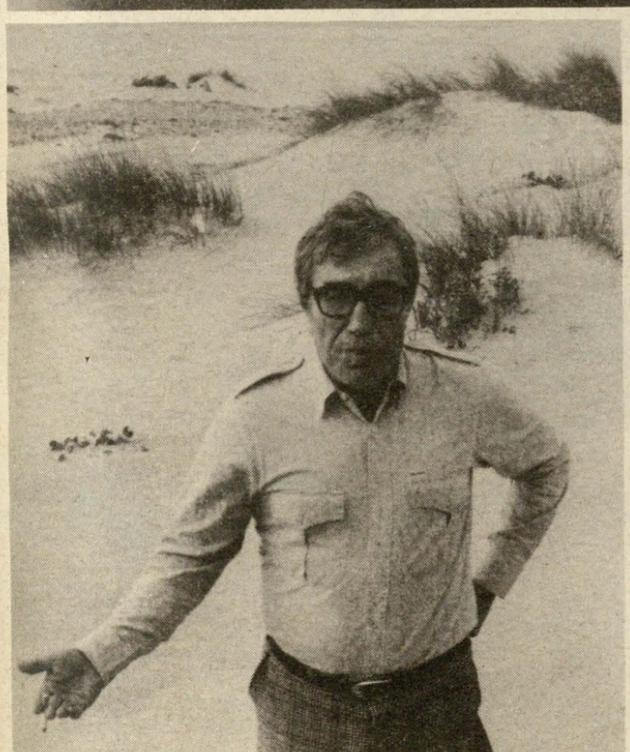
Este suplemento
faz parte integrante
da edição n.º 436
de 1 a 7 de Julho
de 1983 e não pode ser
vendido separadamente

2.º caderno

o jornal



Balada da Praia dos Cães



A verdade por detrás do "best-seller"

Reportagem de Rogério Rodrigues

A história por detrás do "best-seller"

Rogério Rodrigues

Em 17 de Dezembro de 1982, José Cardoso Pires publicava, nas edições de «O Jornal», a «Balada da Praia dos Cães», tendo como suporte para a ficção o crime da vivenda de Verde Pino, em Rio de Mouro, cometido em 16 de Março de 1960*. O capitão Almeida Santos fora abatido com quatro tiros por Jean Jacques e António Gil, seus companheiros de fuga do Forte de Elvas. O cadáver farejado pelos cães, seria descoberto numa pequena cova de 60 centímetros de profundidade nas areias da praia do Guincho.

O crime apaixonou a opinião pública da época. Jean Jacques foi condenado a 19 anos de prisão, saindo em liberdade em 1971; António Gil sofreu a pena de 18 anos, abandonando a Penitenciária em 1972. Maria José Maldonado Sequeira, a amante do capitão Almeida Santos, sofreu seis meses de prisão. Num espaço concentracionário, viveriam tempos de morte. Cardoso Pires já no princípio da década de 60 «pegou» no assunto, sobre ele foi reflectindo. Do capitão Almeida Santos, fez o major Dantas Castro; de Jean Jacques, o arquitecto Fontenova; do cabo António Gil, o cabo Barroca. Maria José deu algo de si à personagem Mena, mas de todas é aquela onde a liberdade criadora de José Cardoso Pires é maior.

O crime tem todos os ingredientes (amor e morte, desesperados em fuga) para apetecer ao universo da ficção. Durante o julgamento dos réus (Maio de 1961), no Tribunal da Comarca de Sintra, Joaquim Paço d'Arcos tinha cadeira especial para assistir aos depoimentos. Escreveu um livro que nunca foi publicado. «O Jornal», tendo como base o guião de José Cardoso Pires, foi à procura dos intérpretes do crime e da realidade subjacente à ficção.

Falámos com o cabo Gil, hoje electricista, que da sua dolorosa experiência nos ofereceu um relato de cerca de 200 páginas; procurámos os caminhos da liberdade de Jean Jacques, médico, actualmente a residir em Paris: e de Maria José Maldonado Sequeira, novamente casada, a viver em Nova Iorque. Falámos com o primeiro suspeito do crime num processo de intenção fabricado pela PIDE: Cunha Leal que esteve cinco dias preso na Polícia Judiciária.

O conhecido advogado tem sido visto como a personagem Gama e Sá da «Balada», o que não corresponde à verdade. Será mais um «cocktail» dos advogados que de algum modo estiveram envolvidos no desenrolar dos acontecimentos e do processo, à mistura com reticências que Cardoso Pires manifesta (no livro) em relação aos advogados. O Elias Santana, personagem já da literatura portuguesa, poderia corresponder, numa minúscula parte, ao chefe Saraiva, actualmente reformado, e que foi o polícia mais empenhado nas investigações. O chefe Covas é o personagem que mais pertence a Cardoso Pires.

Todo o mundo policial passou por rigorosas e demoradas investigações do autor da «Balada» que, a partir daí, recriou um calão jurídico e marginal em que se movimentam e comunicam agentes e inspectores. Investigámos também que de todos os intervenientes no crime, José Cardoso Pires apenas manteve contactos, durante o tempo de oficina, com Jean Jacques, tendo visto uma vez, a curta distância, Maria José Maldonado Sequeira. Com o cabo António Gil, encontrar-se-ia já com o livro a correr na sua quarta ou quinta edição. O que fica das investigações, coincidindo com o clima que se respira na «Balada», é que os participantes da tragédia viviam num círculo de paixões, arrastados pelo medo e pela solidão, vidas fechadas num grande universo fechado que era então o País. São vítimas do medo colectivo, que Cardoso Pires desenterrou do mundo dos mortos e do esquecimento, e que, como fotografias amareladas, a uma distância de 23 anos, vêm ocupar um lugar de reflexão no nosso quotidiano.

* A «Balada da Praia dos Cães» já vai na sexta edição e obteve, entretanto, o maior prémio literário português: o Grande Prémio de Romance e Novela, da Associação Portuguesa de Escritores.



José Cardoso Pires
23 anos depois no local onde foi enterrado Almeida Santos



O cadáver na Praia do Guincho
Encontrado pelos cães na manhã de 31 de Março de 1960

A verdadeira história do crime da Praia do Guincho

A 12 de Março de 1959, aborta a Revolta da Sé, de todas as intencionadas, antes do 25 de Abril, aquela que mais próxima esteve de derrubar o regime salazarista. Os militares presos vão para a casa de reclusão da Trafaria. Entre outros, capitão Amílcar Domingues, major Pastor Fernandes, capitão Romba, major Alvarenga que será juiz (e muito contestado) do Tribunal que condenou a leves penas para tão pesado crime os assassinos do general Humberto Delgado, e, finalmente, Jean Jacques Marques Valente e o capitão Almeida Santos.

É aqui que Almeida Santos e Jean Jacques (cujos destinos vão estar a partir de então intimamente ligados) se conhecem. Jean Jacques é filho do, à data já falecido, general Mar-

consegue parecer um indivíduo brilhante e sedutor, de verbo fácil. Juan Jacques confia-lhe, então, uma lista de amigos, eventuais contactos e apoios para uma acção futura. Esta

a cujo original tivemos acesso e de que nos socorremos, sobretudo, no que respeita à fuga e à estada em Travancas, António Gil age por motivações políticas e não monetárias (15 contos que lhe teriam sido prometidos por Almeida Santos, caso os ajudasse na fuga) quando vai oferecer os seus préstimos a Jean Jacques e «não ao capitão Almeida Santos, conforme declaramos na Polícia e antes havíamos combinado».

António Gil ouvira já falar de Jean Jacques a dois contrarâneos seus de Santa Justa (Couço), que tinham estado presos na Trafaria com o aspi-

rante-médico.

A seguir, fala com Almeida Santos, a quem diz que a melhor forma de fugir será lançando uma corda pelo fosso. O único problema é o sentinela. Num dia de folga, António Gil vai a Estremoz e compra 20 metros de corda com o dinheiro que Jean Jacques lhe dera para as despesas. Trá-la para o Forte enrolada ao corpo e debaixo do capote.

Faz muito vento e chove, na noite de 29. António Gil dá duas pancadas na cabeça do sentinela com a FBP. Então, «com o foco apontado à casamata onde se encontravam o

capitão e o médico, fiz piscapiscas durante alguns segundos», convidando-os a descerem pela corda. Almeida Santos é o primeiro a descer, a corda é curta. Fractura duas costelas. A seguir, de luvas, desce Jean Jacques. O capitão Amílcar Domingues que, com o major Alvarenga, fora também convidado a fugir, é quem segura a corda.

A vida em Travancas

Já fora do Forte, vêm as luzes do automóvel, um velho Pli-

mouth descapotável e vermelho, com Maria José ao volante. Passaria das duas da manhã. Após 16 horas de viagem, e com a jovem amante do capitão sempre ao volante, com a derradeira etapa da viagem a ser feita debaixo de grossa chuva, sem nada terem comido durante o percurso, chegam a Travancas (Chaves), onde se refugiam na casa de uma tia de Maria José.

Aqui, terá dito Almeida Santos que, a partir daquele momento os galões deixaram de contar. António Gil notou «o júbilo esfuziante de Jean Jacques», o «entusiasmo garrido de Maria José» e «a voz central do capitão».

Estavam a salvo. Segue-se para António Gil um período de humilhações que tratará sempre Almeida Santos por capitão (o único a fazê-lo) e a quem, irremediavelmente, estão destinados os piores serviços. Nesta reclusão de Inverno, isolados entre montes, a escassos quilómetros da fronteira, começam a surgir os conflitos entre os companheiros da fuga. Com a obsessão do perigo, passam a viver noites de emergência num alçapão da casa. E ouvem os ratos. Há sempre alguém de sentido nela, que não Almeida Santos.



Vivenda Verde Pino, em Rio de Mouro
Às 20 horas, na sala de jantar, mataram o capitão

ques Valente e de uma senhora francesa, Renée-Marie Marques Valente, «a única figura decente e nobre» envolvida na morte de Almeida Santos, como a classificou Meneres Pimentel, ministro da Justiça do Governo de Pinto Balsemão, e que, na altura, desempenhou, com todo o rigor, o papel de acusador público na função de juiz-ajudante do Procurador da República, durante o julgamento (no Tribunal da Comarca de Sintra) dos «executores» de Almeida Santos.

Durante a permanência na Trafaria, Almeida Santos recebe a visita de Sousa Tavares, seu advogado, Cunha Leal e Maria José Maldonado Sequeira (desta, diariamente) de quem se tornara amante, em Janeiro de 1959. Jean Jacques, entre outros, recebe Gustavo Soromenho. Idealista e generoso, como é classificado por várias testemunhas abonatórias durante o julgamento, rápido faz amizade com Almeida Santos, que lhe suscita uma grande admiração. Almeida Santos

lista aparecerá mais tarde segundo foi dito no Tribunal. Almeida Santos, ameaça entregá-la à PIDE, se os seus companheiros de fuga não acatarem os seus projectos e a par dos maus tratos a Maria José, como um dos ingredientes principais do clima de terror e de tragédia grega em que se transformou a reclusão de três militares fugidos.

A fuga de Elvas

Em 17 de Novembro de 1959, dão entrada no Forte da Graça, em Elvas, onde soldados a cumprir penas militares carregavam pelo monte, barris de água meio cheios (para ser mais doloroso o seu transporte).

António Gil é cabo no Forte e está prestes a ser promovido a furriel. O seu irmão, do PCP, está preso.

No relato que, entretanto, escreveu sobre os acontecimentos, «O Caso Almeida Santos»,

CRIME DO
GUINCHO

José Cardoso Pires
BALADA
DA PRAIA
DOS CÃES



a história por detrás do 'best-seller'

TLP informa

PARA MAIOR FACILIDADE DE PAGAMENTO

Nova Tesouraria Novos Horários

Para maior facilidade de pagamento das contas telefónicas, os TLP põem agora à disposição dos seus assinantes uma nova tesouraria na Rua Andrade Corvo (junto à Av. Duque de Loulé).

Novo horário — Tal como as que já existem em Lisboa, Porto e Almada, esta nova Tesouraria estará (também) aberta ao público em horário contínuo e mais cedo, a partir de 1 de Julho.

Os assinantes dos TLP dispõem das seguintes modalidades de pagamento:

Sem encargos adicionais

- Melhor e mais fácil: através de débito em conta bancária.
- Nas Tesourarias dos TLP ou através dos CTT.

Com encargos adicionais (alheios aos TLP)

- Directamente aos balcões dos bancos habituais (Taxa de 100\$00 a partir de 1 de Julho).
- Envio de cheque ou vale postal.

A abertura da nova Tesouraria da Rua Andrade Corvo insere-se num vasto programa de desenvolvimento dos pontos de assistência.

TLP cada vez mais perto dos seus clientes



Telefones de Lisboa e Porto

CRIME DO
GUINCHO

José Cardoso Pires
BALADA
DA PRAIA
DOS CÃES



a história
por detrás do 'best-seller'

A mãe de Maria José, também ela cada vez mais prisioneira de trágicas solidariedades, vai lamentando que a filha tenha abandonado o marido, com quem nada lhe faltava, ao passo que na nova situação... Se ao menos fugissem para o estrangeiro... Através do irmão de Maria José, tenente da Armada, chega a Travancas uma carta de Sousa Tavares, advogado de Almeida Santos.

De resto, ali passam dias sobre dias. O capitão lê os horóscopos em voz alta. E jogam às cartas. Almeida Santos tem um mau perder. Não cessa de humilhar o cabo Gil que, de tão perto da fronteira, ainda projecta emigrar.

Mas a fronteira acabaria por ser posta em pé de guerra, devassada pela PIDE, após a fuga de altos dirigentes do PCP, da cadeia de Peniche. Na sequência destas buscas, o aparelho de fronteira do PCP, dirigido por Francisco Miguel, e com pontos de apoio naquele zona, sairá seriamente afectado.

A fuga para o estrangeiro nunca se realizará. A tensão sobre no refúgio de Travancas. Há longas conversas entre Almeida Santos e Jean Jacques a quem,

às vezes, assiste Maria José, mas de que António Gil é sempre posto à margem. O capitão não abandona a Parabelum. «Trazia-a sempre no sovaço, carregada, metida num coldre que ele preparara, antes de sair do Forte. Possuía, também, uma pistola pequenina, também com o carregador cheio.»

Segundo o relato de António Gil, acentuam-se, cada vez mais, as divergências entre Almeida Santos e Jean Jacques. Almeida Santos para Jean Jacques: «Você sempre teve a mania de ser intelectual, a mania da superioridade.»

Jean Jacques a António Gil: «Quem tem entrado com a massa toda, desde a nossa estada aqui, tenho sido eu.»

Jean Jacques sobre Almeida Santos: «É um prepotente. Não posso perder a minha personalidade, assim.»

Aluguer da vivenda

Aumentavam as dificuldades em abandonar o País, que a fuga de Peniche ainda fechava mais.

Almeida Santos está ansioso por reatar contactos. Pensam, então, alugar uma casa nos arredores de Lisboa. Como sem-

pre, até à consumação do crime, Adélia Sequeira, mãe de Maria José, será a medianeira entre aquele espaço de tragédia e outros espaços também fechados, de um país fechado. Era viúva de um oficial do Exército, tinha, na altura, 56 anos, pertencia à boa sociedade de Chaves e acompanhará sempre a sua filha, entre o lamento e a dedicação. Precisam de dinheiro. A fotografia da filha de Jean Jacques, a pequena Leonor, servirá, como sempre, de senha infalível para que a mãe do aspirante-médico a receba e abra os cordões à bolsa. É posto um anúncio. A casa será alugada no dia 11 de Janeiro,

por 2 500\$00 mensais. Tem garagem, cave e jardim.

Não deixa de ser estranho, porém, que, de acordo com as investigações policiais, Almeida Santos, disfarçado de padre, e Maria José, tivessem chegado apenas a 25 de Fevereiro à vivenda Verde Pino, local do crime.

A 500 metros de distância, vivia, então, a ex-mulher de Almeida Santos, o que, na altura, era ignorado por todos.

Segundo o relato de António Gil, foi grande o alívio entre os que ficaram em Travancas, com a notícia da chegada, a salvo, dos outros ao seu destino.

Cerca de 15 dias depois, a 12 de Março, o cabo e Jean Jacques (também disfarçado de padre e a quem Almeida Santos cortara, antes de partir, as barbas) rumam no mesmo táxi tomado pelo capitão e Maria José, em direcção à vivenda de Rio de Mouro. Antes de partirem, ainda o cabo sondara Jean Jacques para fugir para a França.

As cartas de Paris

Vão viver-se, em Verde Pino, quatro intensos dias. O cabo Gil escreve: «Eu tinha os meus próprios planos». São autorizados a passear pelo jardim com as devidas cautelas. Há, na casa, livros encadernados de Ferreira de Castro.

No dia seguinte à sua chegada, Jean Jacques encontra-se com a sua mãe, no queiroseano Alto do Ramalhão.

Almeida Santos, entretanto, faz palavras cruzadas. O cabo Gil «limpava, encerava o chão e fazia outros trabalhos». Almeida Santos, segundo será relatado no Tribunal, nos últimos dias de vida, entra em ascensão megalómana, encurralado, aproxima-se perigosamente da paranóia. Era um psicopata,

crevê-lo: «Meu bom amigo: finalmente é-me possível dar-lhe notícias e agradecer-lhe toda a simpatia com que me honrou no tempo em que estive preso.

Admirei sempre em si a clari-vidência com que encarava os nossos problemas judiciais (?) e a coragem de que deu sempre clara prova, quando nos proporcionei os seus preciosos conselhos. A prepotência de um ministro, a falta de dignidade de um juiz e de um Tribunal absolutamente sujeito ao executivo, obrigaram-me a tomar a única atitude que me permitia continuar a ter respeito por mim próprio. Poderá ser discutível a forma como reagi, mas no entanto foi uma atitude viril, o que num país tão desvirilizado como o nosso, assinala uma excepção e, por isso, sinto-me feliz por ter encontrado coragem para ela. Antes de sair da prisão, atrevi-me a enviar-lhe umas cautelas de pendor que diziam respeito a objectos que tive necessidade de empenhar para me ser possível sustentar-me e aos meus, nas circunstâncias precárias em que me colocaram.

Venho hoje renovar esse pedido, certo de que a sua execução não lhe trará quaisquer dissabores. Logo que me seja

IMPORTANTE DESCOBERTA NO CAMPO DA PESQUISA DENTÁRIA

Pepsodentflúor actua sobre os "pontos fracos" dos dentes antes de estes se transformarem em cárie



AS DEFESAS NATURAIS

Normalmente Você preocupa-se pouco com a saúde dos seus dentes.

No entanto, estes estão constantemente a receber e a perder elementos minerais de extrema importância para a sua saúde.

A perda destes elementos minerais — **desmineralização** — ocorre quando os dentes sofrem o ataque de ácidos produzidos pelos alimentos que ingerimos. E a sua substituição — **remineralização** — é feita pela acção das defesas naturais do organismo.

A FORMAÇÃO DE "PONTOS FRACOS"

Por vezes os dentes perdem maior quantidade de minerais do que aquela que o organismo pode compensar, e aparecem então 'pontos fracos' **desmineralizados** que não são visíveis nem para si nem para os seus filhos.

Estes pontos desmineralizados transformam-se mais tarde em cárie.



AS PESQUISAS MAIS RECENTES DEMONSTRAM AGORA QUE A DESMINERALIZAÇÃO DOS DENTES NÃO É UM PROCESSO IRREVERSÍVEL.

A ACÇÃO DO FLÚOR CONCENTRADO

Essas pesquisas demonstram que o flúor pode realmente travar o processo de desmineralização,

antes da ocorrência da cárie. Demonstram também como o flúor concentra a sua acção de forma a acelerar o processo de remineralização — substituição dos elementos minerais.

A ACÇÃO DE PEPSODENTFLÚOR

Pepsodentflúor, com o seu sistema de flúor concentrado, actua onde é verdadeiramente necessário — precisamente nos pontos fracos desmineralizados. O uso regular de Pepsodentflúor pode fazer algo mais do que apenas proteger os dentes. **Pepsodentflúor evita realmente a cárie, ao contribuir para a remineralização, fazendo-a assim retroceder no seu estágio inicial.**

Assim Você pode ter a certeza de fazer o melhor pela saúde dos seus dentes e os dos seus filhos.

PEPSODENTFLÚOR APRESENTA-SE EM DOIS SABORES

Pepsodentflúor Regular — um sabor agradável, suave e natural.

Pepsodentflúor Brancura Fresca — a frescura de um sabor que perdura.



Jean Jacques na reconstituição do crime
Dispararam-lhe o quarto tiro no coração

dirá Jean Jacques, médico, no Tribunal de Sintra. Projecta assaltar bancos, incendiar o Tribunal Militar de Santa Clara (onde iam ser julgados os revoltosos de 12 de Março), envenenar as águas de Lisboa, assassinar certas personalidades e oficiais do Exército implicados no movimento de Março e que o abandonaram, e denunciar uma lista de pessoas à PIDE.

Entretanto, vai enviando, para Paris, cartas que dali são reexpedidas (sobretudo por amigos de Jean Jacques) para Lisboa, a fim de simular que, efectivamente, o seu autor já se encontrava fora do País. Uma dessas cartas, com a data de 10 de Março (seis dias antes da sua morte) é recebida no escritório de Cunha Leal. Diga-se, em abono da verdade, o seu conteúdo não leva a crer que, pelo menos, estivesse disposto a denunciar camaradas seus à PIDE. Por outro lado, desmente que se tivessem azedado as suas relações com Cunha Leal.

Como último documento que se conhece de Almeida Santos em vida, valerá a pena trans-

possível, enviar-lhe-ei dinheiro que possa resgatá-las, ou pelo menos, manter os juros em dia.

Perdoe-me esta audácia, mas estou certo de que poderei estar descansado a esse respeito. Por agora, nada lhe poderei ainda dizer sobre os meus projectos futuros, o que farei logo que a minha vida tome um rumo definitivo.

Também nada lhe conto por enquanto sobre pormenores da caçada monumental que me moveram, por razões óbvias. Recomende-me aos meus camaradas de prisão, que à sua maneira estão também dignamente a manter uma atitude. Simplesmente, pela forma como têm decorrido os trâmites do processo, é de temer um julgamento iníquo que dependerá unicamente da vontade anteriormente expressa por um ministro que, por sua vez, também cumprirá ordens. Enfim, um julgamento que será mais uma farsa, decalcado em tantos outros que desacreditaram irremediavelmente a justiça militar, servilmente hipotecada às razões impostas pela toda poderosa PIDE.»

A dias da morte

No dia anterior à morte, Almeida Santos passeia com Maria José no jardim. Quando regressa, só, encontra-os à conversa (cabo, Maria José e Jean Jacques). O capitão, «desvairado» (escreve António Gil) atira-se a ela, apertando-lhe o pescoço. «Atira-a ao chão sem dó nem piedade. Ela ainda tenta debater-se. Em vão. Mas já pode gritar porque ele agora agredia-a com a pistola na cara e na cabeça. Agarra-a pelos cabelos e arrasta-a no chão. Esfrega-lhe mesmo a cabeça no soalho. A mãe implora: **Ele mata-a.** Tenha dó dela, senhor capitão! «Isto é pelo amor que lhe tenho», terá explicado o agressor. «Tivemos medo do capitão e sentimo-nos impotentes para reagir», lê-se no relato de António Gil.

Nas declarações que fizeram à PJ (Século, 25.4.60), «os dois detidos alegaram que o atentado foi determinado pelo facto de a vítima, nos últimos tempos, dar mostras de um certo desequilíbrio mental, ameaçando-os de morte, e dando origem a que se visse um ambiente de pavor, dentro da casa de Rio de Mouro. Até a com-

Jacques e o cabo Gil. «Uma assembleia política», berrava o capitão, enquanto a agredia com a pistola.

Cunha Leal referiu-nos mais tarde que, efectivamente, Maria José preparava, com os outros companheiros, a fuga, sem conhecimento de Almeida Santos.

Andante, andante, diria o chefe Elias, na «Balada». Prosseguindo o seu depoimento no Tribunal, declara Maria José: «À noite, após o jantar, recolhemos ao nosso quarto. Ordenando-me que me deitasse no chão, obrigou-me a repetir os exercícios que andava a ensinar a uma cadela. Tentei gritar, mas ele impediu-me metendo-me a biqueira do sapato na boca. Bebia constantemente co-nhaque.»

Impotência gera agressividade?

Dirá, também, Maria José, mais tarde, que Almeida Santos se tornara impotente. No seu depoimento, a mãe declara que compraram comprimidos para Almeida Santos, na esperança de que «a vítima deixaria de provocar cenas de ciúmes».

Cunha Leal não acredita na



O cadáver de Almeida Santos Na morgue, já identificado

Travancas, e da sua eliminação face ao incómodo em que se traduziam as suas insistências de cumprimento da promessa feita quando da evasão — o pagamento de 15 contos e a saída para o estrangeiro —, se concretize, criando, assim, no espírito do cabo Gil o estado próprio para executar o seu tenebroso desígnio».

Por outro lado, é, então que J.J., a crermos no relato de António Gil, lhe revela que Almeida Santos tem em sua posse uma lista de amigos seus com a qual pode fazer chantagem.

Ainda: ameaçava executar Maria José, chegando a mostrar no pinhal da vivenda, o local onde seria enterrada.

É celebrado, então, entre os dois um pacto de morte. Almeida Santos será abatido essa noite, quando estiver distraído. Ambos lhe têm, fisicamente, um profundo medo. O capitão era dotado, segundo confessa António Gil, de «uma agilidade felina».

Execução de Almeida Santos

Às 20 horas do dia 16 de Março de 1960, o capitão Al-

meida Santos é morto enquanto lia, sentado no maple, a última carta de Cunha Leal, com quatro tiros, disparados, a muito curta distância, por António Gil, e com pazadas na nuca, desferidas por Jean Jacques, a quem se encravara o revólver.

Diz a PJ, no seu primeiro comunicado sobre o crime propriamente dito (25.4.60), que a acção mortal se desenrola, após se registarem «factos de ordem política e pessoal entre a vítima e o cabo Gil, acabando este por disparar contra o ex-capitão Almeida Santos».

Quando interrogado em Tribunal (8.5.61), J.J. justifica o crime como **fatalidade inadiável**, perante a situação de terror e incompatibilidade que se gerara entre todos eles. Segundo o relato de um matutino do Porto, J.J. mostra-se «visivelmente constrangido com o esforço da evocação».

Assim, em resumo, o cabo Gil deu dois tiros iniciais em Almeida Santos, que tombou gritando:

«— O que é isto?»

J.J. pretende secundar o gesto do cabo, mas o revólver encrava-se.



Maria José e a mãe Estiveram sempre juntas desde a fuga ao Tribunal

panheira do ex-capitão Almeida Santos andava apavorada, com receio de ser liquidada por ele. Nos últimos dias — acrescentaram — a vítima não era a mesma pessoa que conhecera anteriormente. Andava com ideias tenebrosas».

Maria José, na terceira audiência do julgamento (10.5.61), descreve pormenorizadamente o que se passou no dia anterior ao crime: «Na tarde de 15 de Março, véspera do crime, apercebi-me que o meu companheiro se encontrava em estado vizinho da loucura. Passámo-nos no jardim das traseiras da vivenda. Ele, nesse momento, estava aparentemente calmo, discorrendo sobre a sua superioridade, o seu direito de vida ou de morte sobre quantos estavam sob a sua alçada. Não admitia objecções aos seus planos de terrorismo. Falava com um desprezo absoluto pela vida alheia, com uma segurança fria que me aterrorizava.» Conta, com grande semelhança com o relato de António Gil, as sevícias a que foi sujeita, após ser apanhada por Almeida Santos a conversar com a mãe, Jean

história da impotência do capitão e, quanto aos comprimidos, seriam, pelo contrário, calmantes.

O dia do crime

Ao pequeno-almoço, relata António Gil, Maria José aparece com a «cara toda inchada e cheia de negras». Ainda nessa manhã, o cabo pensa que lhe sobrava tempo para resolver os seus problemas. («Abandoná-los-ia a todos», escreve, anos depois.) Após o almoço, na versão de Gil, este encontra-se com Jean Jacques e diz-lhe: «Nós podemos fugir.» Mas Jean Jacques é de outra opinião: «Temos que liquidá-lo.» No Tribunal, J.J. assume a paternidade da ideia da execução de Almeida Santos, posição que, ainda hoje, não é pacífica.

Em comunicado divulgado pela P.J. (Século, 1.5.60), dando como praticamente concluídas as investigações, pode ler-se, a propósito deste dia: J. J. «dá conta ao cabo Gil do seu receio de que o projecto que a vítima já lhe confiara em

Quem era Almeida Santos?

José Joaquim de Almeida Santos, capitão de Cavalaria, é assassinado, a sangue-frio, às 20 horas do dia 16 de Março de 1960, com quatro tiros, o último dos quais no coração, e pazadas na nuca.

Terminava, assim, eliminado pelos seus companheiros de fuga, aos 39 anos, uma vida agitada entre o sonho de derrubar Salazar à força e a instabilidade emocional em que, desde há tempos, vivia.

Já na Escola do Exército, este militar, natural de Soure, pela sua destreza física, pelo seu rosto anguloso, pela «sua agilidade felina», fora alcunhado de **Tigre**.

Na chamada Revolta da Sé de 12 de Março, ele é a **alma mater** do sector militar, é ele quem ata e reata os contactos. Quando a revolução aborta, é preso em Lanceiros 2, onde se encontrava, para tomar conta do quartel. É Spínola que o conduz à Casa de Reclusão da Trafaria, não sem antes terem almoçado juntos. Preso, a sua capacidade nata de comando, como nos descreve alguém que com ele esteve envolvido no 12 de Março, e com ele compartilhou da detenção em Trafaria e Elvas, acabou por seduzir Jean Jacques, como o próprio reconhece durante o julgamento, «chegara a ter veneração por ele».

Se o aspirante-médico era um intelectual, com uma boa formação política. Almeida Santos apresentava-se, por excelência, como um homem de acção. A sua capacidade de persuasão e verbo fácil, somava a terrível arma da ironia. O físico merecia-lhe cuidados diários. Exercitava-se, na sua cela, em pesos e halteres e outros instrumentos de ginásio da prisão, no intuito de se manter em forma e de não desagradar a Maria José, que, também, todos os dias, o vinha visitar à Trafaria. Almeida Santos — reconhece a nossa fonte — tinha perfeita consciência dos seus 39 anos de prisioneiro em relação aos 27 de Maria José em liberdade.

Será ela o último olhar do seu destino. Conhece-a em Janeiro de 1959, quando instrutor de equitação dos seus filhos. Em 14 de Fevereiro de 1959, separa-se da mulher Maria Helena Pereira Marques. No Porto, onde conheceu a «Zezinha de Chaves», frequenta a alta sociedade nortenha. É, entre outras, visita de casa de Agustina Bessa Luís.

O então tenente-coronel José Costa Gomes, irmão do general Costa Gomes traça, em Tribunal (segundo relato circunstanciado de «O Século» de 16.5.61), o perfil de Almeida Santos. O depoente reconhece: «Como militar, era desembarçado, eficiente, um perfeito condutor de homens. Tinha uma inteligência instintiva, mas superficial, incapaz de abarcar um problema em profundidade. Só conhecia profundamente se lhe podiam encontrar os defeitos, pois era maquiavélico bastante para os esconder.» O depoente confirma a sua capacidade de sedução: «Reunia todas as condições para ter êxitos fáceis junto das mulheres.»

Segundo um oficial com quem falámos, era, na realidade, um indivíduo temível, ardisso, mas capaz de belos gestos de solidariedade, quando camaradas de armas se encontravam psicologicamente em baixo.

Conhecendo-o como o conhecia, não repugna ao nosso informador crer que, perante o «stress» em que o capitão viveu os últimos meses da sua vida, pudesse, psicologicamente, ter sido atingido pela impotência e aumentado, em doses imprevisíveis, a sua agressividade. «Pelo que dele conheci, era homem para os aterrorizar a todos.» Isolado, sem dinheiro (e são dramáticos e obsessivos os seus apelos para o exterior para que sejam liquidados os juros



Almeida Santos, capitão de Cavalaria Homem de acção, foi morto a ler

das suas sete cautelas de penhores), «enjaulado» num forte clima emocional (impotente perante uma mulher como Maria José e com dois jovens, mais jovens que ele, compartilhando de uma solidão de medo e sem perspectivas), é possível que Almeida Santos tivesse ameaçado destruir o mundo do seu mundo destruído: mortes, envenenamento de águas, cargas

de trotil no aqueduto, assaltos a bancos.

É enterrado nas areias de uma praia do Guincho. Cães («cães fumegantes» na expressão matinal de Cardoso Pires) e um pescador, encontram-no cadáver dilacerado.

A opinião pública emocional, um mistério profundo envolve a sua morte. PIDE por um lado, «comunistas» por outro. Até que, por fim, se começa a fazer luz nas investigações. Nem comunistas, nem PIDE. Apenas solidariedades tragicamente quebradas. No dia 3 de Abril, às 14 horas, o seu corpo repousa, finalmente, no jazigo de família, no Alto de S. João.

Reconhecia há dias um seu companheiro de 12 de Março: «Cardoso Pires tem razão. Foi o nosso medo, foi o medo colectivo que matou Almeida Santos.»

Passados mais de 20 anos, «A Balada» vem colocar, de novo, os dados em movimento. Quem era Almeida Santos? «Um psicopata», como diz Jean Jacques? «Um monstro», como grita a mãe deste. «Um dilapidador de jóias, um denunciante calunioso, um perjuro, um perverso, um intoxicado pelo tabaco e pelo álcool», como alega Sidónio Rito (advogado de J.J.)? «Um impotente nos últimos tempos, como o retrata a sua amante Maria José? «Um anticomunista de formação católica», como o classifica Laura Tavares? «Um bom amigo», como o recorda Cunha Leal? Quem era Almeida Santos? Malhas que o Império tece...

TURISMO SOCIAL

CONHEÇA MELHOR O PAÍS QUE VISITA!

ATENÇÃO: as nossas viagens NÃO são afectadas pela desvalorização do escudo

8 dias	• RDA	37.400\$00	15 dias	• URSS	62.500\$00
	• URSS	49.500\$00		• CAUCASO	69.000\$00
				• ÁSIA CENTRAL	75.000\$00
				• BULGÁRIA	59.000\$00

Pensão completa — Todas as visitas incluídas. Muitas outras viagens: Báltico, Hungria, Itália, Inglaterra, etc.



Peça Programas Detalhados

Rua da Glória, 43
(aos Restauradores)
1200 LISBOA
Tel. 37 31 10-11
Alv. Op. 414

O assassínio de Almeida Santos descrito por um dos autores

António Gil, o cabo que disparou sobre o capitão Almeida Santos, relata, anos depois, em manuscrito a que «O Jornal» teve acesso, as cenas do crime e do enterramento do cadáver na praia do Guincho.

O assassínio dá-se horas depois de Jean Jacques e António Gil terem celebrado um pacto de morte. A descrição de Antó-

nio Gil não difere no essencial das versões que entretanto foram dadas no Tribunal da Comarca de Sintra e onde foram

julgados e de que os jornais, na altura, se fizeram eco. Situando a acção: estamos em 16 de Março de 1960. São quase 20 horas.

«A carta veio. O capitão ficou entusiasmado e sentou-se no maple a ler (...)

Lentamente, levantei-me. De mãos nos bolsos, fingindo indiferença, dei alguns passos. O meu coração batia acelerado. «Agora ou nunca a tua morte!» Dei uma olhadela à lareira. Lá estava o João Jacques, no seu posto. De pé, tinha as mãos atrás das costas. O capitão estava embrenhado na leitura da carta. Dei mais um passo... E foi o fim.

Rapidamente, tirei a mão do bolso que agarrava a pistola e disparei à cabeça do capitão.

«Mas o que é isto?!...» No gesto de se levantar, caí de bruços. Ficou-se, sem mais uma palavra.

O João Jacques apressou-se a esclarecer:

«Tivemos que fazer isto! Ele queria matá-las!»

«Voltou-se para mim. «O meu revólver encravou-se. Puxei o gatilho, uma data de vezes...»

O homem-fera jazia no chão

O homem-fera jazia agora no chão. O homem-fera, agora, era aquilo. Aquilo no chão.

«Vamos aqui para outra sala», sugere o João Jacques.

«Nós fugimos, porque pensávamos que era ele», desabafa Maria José.

«Sofremos tanto nestes dias...», diz D.ª Adília.

«Andávamos desejosas que vocês viessem... para o ambiente melhorar. Afinal, ainda piorou mais.»

João Jacques:

«Ele era um paranóico! Tenho pena de não lhe termos feito um julgamento, e dizer-lhe, olhe, Almeida Santos, você é condenado à morte por isto, e por isto... Enfim, um julgamento como devia ser.»

«Foi melhor assim», respondem as mulheres.

«Sim, seria perigoso, porque ele tinha muita prática de atirar.»

E também era muito resistente.

«Ele? Tinha sete fôlegos, como os gatos. E, na noite do onze de Março, pôs a dar tiros da janela com a pistola de guerra... para comemorar!», diz Maria José.

«Isto foi o pior que você podia ter feito, Jean Jacques.»

«Foi o que você merecia, seu bandido.»

Almeida Santos ainda dirá a J.J. quando este lhe golpeia a nuca com a pá do fogão: «Não batam mais que não é preciso.» Mãe e filha, que estavam na cozinha, fogem para o jardim. O cabo Gil, que acabara de disparar um terceiro tiro sobre Almeida Santos, procura-as e convida-as a regressar à sala. Quando chegam, ainda Almeida Santos dá sinais de vida. Maria José pergunta: «Têm a certeza que ele está morto? Cuidado que se pode levantar ainda.»

E aqui há três versões: a mais corrente, e que vingou no Tribunal, é de que foi o cabo que disparou o quarto tiro; uma outra, a do cabo, anos depois, é que poderia ter sido J.J. a disparar; uma última, a de Cunha Leal e na qual, em termos de ficção, Cardoso Pires comunga, é a de que Maria José daria o derradeiro tiro, firmando-se assim um pacto de sangue entre os três, uma comunhão fatal na execução do seu algoz.

De qualquer modo, ainda que não seja conclusivo, não deixa de ser curioso que, tanto Jean Jacques como o cabo Gil acabem por proteger Maria José nos interrogatórios e no Tribunal.

Segundo a Polícia Judiciária garante na altura, este último tiro é desferido «depois de Jean Jacques, por apalpação cardíaca, lhe ter indicado o local onde deve dar o disparo».

Enterrado na praia

Metem uma toalha na boca da vítima, embrulham-lhe a cabeça num plástico, tiram-lhe os chinelos de quarto substituindo-os por sapatos que, na atrapação, calçam trocados. D. Adília desfaz os vestígios de sangue no soalho, lavando-o com água e sabão e, com a ajuda da filha, queima os documentos do morto e os seus objectos pessoais. Jantam, em seguida, no próprio local. Conta Jean Jacques: «Estávamos absolutamente esgotados, mas queríamos esquecer. Por isso, fazíamos aquele gesto de rotina. A verdade é que ninguém conseguiu comer.»

Jean Jacques telefona para a mãe a pedir ajuda. Vem acompanhada do seu amigo, aspirante-miliciano Mourão.

O jovem oficial, estudante de Direito, aparece fardado. Metem o cadáver no Wolkswagen da mãe. E começa a peregrinação pela noite, à procura do local para uma sepultura. Acabam por se fixar nas dunas do Guincho, onde, com a pá do fogão e as mãos, abrem uma cova com 60 centímetros de profundidade, a 65 metros da Estrada Nacional. Simulando um par de namorados ficaram, no carro, Maria José (que o conduzia) e Mourão, filho de um rico armador, que lhes garante ir conseguir papéis para se refugiarem em Marrocos. Mas, com o decorrer dos dias, vai-se tornando cada vez mais difícil contactar o jovem estudante de Direito.

Os cães farejam o cadáver

Na manhã de 31 de Março de 1960, cães descobrem o corpo, na praia. Com eles um pescador, Carlos Manuel da Silva, que, de imediato, comunica à Polícia Marítima de Cascais. Alertados pela rádio, os fugiti-

vos de Rio de Mouro combinam um álibi para o caso de serem localizados: manteriam a verdade desde a saída de Elvas até ao momento do assassínio. Depois, diriam que o capitão abandonara a residência e não mais voltara, desconhecendo quem o tivesse assassinado.

Estes planos, contudo, são de imediato gorados, pois o irmão de Maria José consegue localizá-la.

Passado o choque do crime, desenha-se um «affaire» entre Maria José e Jean Jacques. O cabo apanha-os em flagrante. Escreverá, mais tarde: «Se dissesse que me agradavam as novas relações entre o Jean Jacques e a Maria José mentia. Eu gostaria que tudo ficasse limpo, que ninguém tirasse dividendos pessoais de uma acção extrema em que as nossas consciências estavam envolvidas.»

A Imprensa começa a dar um grande destaque ao crime. São contraditórias as versões: os sapatos trocados cheiram a execução, ajuste de contas, a crime político, suspeitando-se do PCP. A PIDE põe a circular esta tese. Pelo lado oposicionista, fala-se em assassínio cometido pela PIDE. O caso é entregue à Polícia Judiciária.

Novamente em fuga

O irmão de Maria José convence-a a entregar-se à PIDE, que, por seu turno, a envia para a Polícia Judiciária. Jean Jacques e o cabo Gil fogem apressadamente de Rio de Mouro. Tomam um táxi para Mafra. Outro para Coruche. Um terceiro para Ponte de Sor, onde vive um irmão do cabo e que por a Polícia ter estado anteriormente em sua casa, os aconselha a esconderem-se num pinhal, onde permanecem três dias. O irmão do cabo desloca-se, então, a Lisboa, para falar com a mãe de Jean Jacques, para quem o retrato da filha serve novamente de «Abre-te Sésamo».

Uma noite, aparece a mãe de Jean Jacques, em carro alugado. Condu-lo para Venda Seca, próximo do Cacém, para casa de uma antiga criada da família Marques Valente, «no alto de uma rampa, sítio ermo, sem lua e com poucas moradias distanciadas (descrição da PJ). Aí serão presos, às 23 horas do dia 23 de Abril de 1960.

Jean Jacques, através da mãe, continuará a corresponder-se com Maria José. Será a amante do capitão assassinado que os denunciará à PJ e que, com a GNR, cerca a casa. «Estamos desarmados», gritam J.J. e o cabo Gil. É o chefe Saraiva que prende o cabo: «Malandro! Atirar-lhe quando estava a ler. Eu cá por mim, quando vou à caça, atiro com o coelho a fugir.»

A Polícia Judiciária convoca, ainda nessa madrugada, uma solene conferência de Imprensa, com toda a direcção da corporação presente, para anunciar que tinham preso os autores do crime da praia do Guincho e realizado «o trabalho mais difícil dos últimos anos». São recompensados com os elogios dos ministros do Interior e da Justiça.

Do trágico quarteto, um estava morto; outra, colaborando com a PIDE (ver noutro local); e os dois executores separados pelo azedume entre si.

Escreve António Gil, em estilo de epílogo à narrativa do crime: «Antes de nos entregarmos, o Jean Jacques pediu-me para não descobrirmos nada da execução de Almeida Santos. Negarmos sempre. Concordei. Só que, mais uma vez, fui só eu a cumprir.»



António Gil, na sala da vivenda reconstituição do crime pela PJ

António Gil: um ajuste de contas com o passado

António Marques Gil, o cabo que ajudou Jean Jacques e Almeida Santos a fugirem do Forte de Elvas na madrugada de 30 de Novembro de 1959, tem, hoje, 50 anos, é electricista (ofício que aprendeu na Penitenciária) numa empresa de Setúbal, e da sua dolorosa experiência, da fuga de Elvas, passando pela morte de Almeida Santos, até à saída em liberdade condicional, após 12 anos e meio de prisão, escreveu mais de duas centenas de páginas, a que «O Jornal» teve acesso, e que são um ajuste de contas com o passado e com alguns personagens com quem de muito perto conviveu.

Tinha 27 anos quando foi preso (23.4.60). Natural do Couço, durante o julgamento teve apenas trabalhadores da sua terra como testemunhas abonatórias, e que, para tanto, se deslocaram, a expensas próprias, de carreira, até ao Tribunal de Sintra.

Em tempo anterior à fuga de Elvas, teve contactos com o PCP (ainda que apenas como simpatizante). O seu irmão, militante comunista, estivera preso.

António Gil conheceu de perto a greve de 1958 dos trabalhadores do Couço e as seguintes prisões em massa. (A propósito desta greve, publicou «O Jornal» na sua edição do 1.º de Maio, um notável texto de Rosa Labaredas).

Mas se há motivações políticas na ajuda de António Gil à fuga dos dois oficiais do Forte de Elvas, como o próprio de-

fende hoje, muito se especulou na altura e os réus reconheceram (assim ficara combinado numa série de pactos que foram selando entre si) que lhe tinham sido prometidos 15 contos pela colaboração, o que, para a época, não era uma pequena soma...

Duarte Turras, o seu advogado, já falecido, classifica António Gil como «um indivíduo correcto, calmo, dedicado, não sendo possível admitir-se que a oferta de 15 contos tenha tido qualquer influência na colaboração na fuga de Elvas. Aceito sim, a amizade que tinha pelo seu antigo oficial, a qual nasceria quando fora recrutado em Santarém em 1954 (O Século, 11.5.61).

É difícil aceitar esta tese: Primeiro, porque o contacto de António Gil foi Jean Jacques e não o capitão Almeida Santos, que apenas conheceu no Forte.

Revólver encravado

Entretanto, o revólver do João Jacques não se fizera ouvir. E salta-lhe em cima às pancadas à nuca.

Dei mais um tiro, de seguida, e ia para dar o terceiro. A minha pistola havia-se encravado. Desencravo-a e entrego-a ao João Jacques. E vou em busca das mulheres que tinham fugido para o pátio.

«Venham cá! Não fujam que não é nada com as senhoras!»

As mulheres viram a minha disposição de amigo. E regressaram.



Cardoso Pires e António Gil, o autor da «Balada» com um dos autores do crime

Com efeito, em 1954, Almeida Santos estava na Índia, onde conheceria o capitão Romba (também envolvido na Revolta da Sé) que naquele território foi comandante de Casimiro Monteiro, um dos assassinos de Humberto Delgado, de quem, curiosamente, aquele oficial fora um elo de ligação aos militares, na altura da campanha presidencial do general Sem Medo...

Encontros em liberdade

António Gil saiu da Peniten-

ciária em 23 de Outubro de 1972, em liberdade condicional, pelo prazo de 8 anos. Passara 15 dias nos calabouços da PJ e o resto da pena no Aljube, Caxias e Penitenciária. Era o preso 67 a quem faltavam as visitas (excepto o seu irmão, que viera trabalhar para Lisboa) e que, segundo ele, fora interrogado na Pide pelo famigerado Gouveia, que trocara a profissão de coeiro pela de torturador policial.

É surpreendente esta revelação, já que o pequeno processo,

E continua:
«Ontem, à noite, eu estatelada no chão e o senhor... a beber cálices de conhaque, com o pé em cima da minha cabeça! Até o conhaque escorria para a minha cara: 'Diz lá agora que sou puto homem!' Outras vezes, punha-me a biqueira do sapato na boca.»

«E você, Maria José, não tentava defender-se?», inquiriu o João Jacques.

«Ainda lhe dei uma trincadeira num dedo do pé. A cadela já morde! Quieta. Senão é já que te mato!»

«Admira-me você não tentar fugir...», insiste o João Jacques.

«Ele fechava sempre a porta à chave por dentro e ficava com a chave no bolso tantas vezes que eu pensei em fugir, ou matá-lo mesmo...»

Se tivesse uma arma (...)
As intervenções atropelavam-se. O alívio era grande em todos nós.

O autor destas linhas era quem menos falava. O João Jacques começava a destacar o seu «eu» em vez do «nós». Retraía-me.

«Ele ainda mexe»

Sem darmos por isso, a Maria José foi observar o corpo e gritou:

«Olhe que ele ainda mexe! Tenham cuidado!»

Corremos lá, a ver.

«Está liquidado», assegura o João Jacques.

Demos-lhe mais um tiro, para deixar de sofrer, e melhor segurança nossa. Voltámos, novamente, à sala.

As mulheres continuavam a lamentar-se pelo que tinham sofrido.

É impossível descrever todas as trocas de palavras. Registei as que me vieram à memória, ao longo dos interrogatórios e dos anos. Às vezes, no silêncio de mim próprio, a cena repete-se, ponto por ponto, como se

estivesse gravada numa fita indestrutível.

O João Jacques, numa insistência que me pareceu impiedosa mas conveniente:

«O Maria José! Não cheguei a compreender por que é que vocês tão depressa andavam de bem, como andavam zangados que mal se podiam ver!»

«Ele era um impotente. Não era capaz de fazer nada.»

«Naturalmente, exigia outras coisas, não?»

«Sim... obrigou-me, mesmo.»

«Mas, quando vocês se juntaram, ele já era assim, impotente?»

«Não, não era. Era normal. Deppis, é que foi ficando assim.»

Pausa. Da sala ao lado vinha um silêncio total.

«Tanto que nós sofremos!», lamentavam-se as mulheres.

«Ah, é verdade: temos que telefonar à minha mãe para ela vir com o carro. É melhor ser você a telefonar, Maria José.»

E voltámos à sala onde se encontra o cadáver. Aí estava instalado o telefone.

«Diga que é para trazer o Vicente. Ela sabe de quem se trata. O Vicente é o meu amigo Mourão.»

O sangue tinha alastrado pelo chão. Era preciso apanhá-lo. Voluntariamente, as mulheres vão buscar baldes e panos. Lançamos mãos ao trabalho.

«Não há luvas, D.ª Adília? É melhor, por causa das impressões digitais», aconselha o João Jacques.

Encontraram dois pares de luvas domésticas.

«É melhor também a gente calçá-lo. Andava com os chinelos de quarto.»

O morto calçado ao contrário

Precipitados e atabalhoadamente, tínhamos dificuldade em calçar-lhe os sapatos.

«Um já está! Falta o outro...»

Parecia que nunca mais éramos capazes de calçá-lo! A perna estava encolhida e os músculos inteiriçados. Com persistência, lá o conseguimos.

Mais tarde é que subemos que os sapatos haviam sido calçados ao contrário: o sapato esquerdo no pé direito e vice-versa.

A Polícia ficou intrigada com aquilo. Até uma revista humorística publicou uma piada a este respeito.

À procura duma cova

A mãe do João Jacques não tardou a chegar, no seu Volkswagen, acompanhada do Mourão. Abrimos-lhe os portões da garagem, para que estacionasse só dentro dela, fora das vistas de qualquer observador furtivo.

O Mourão era filho de um rico armador. Vivia com a mãe que, por sua vez, vivia separada do marido. Este pagava-lhe uma pensão e custeava as despesas do filho.

CRIME DO GUINCHO

José Cardoso Pires
BALADA DA PRAIA DOS CÃES



a história por detrás do 'best-seller'

O Mourão tinha, então, o 3.º ano de Direito. E encontrava-se a cumprir a tropa, no posto de aspirante miliciano.

O cadáver era uma presença incómoda na sala, onde, agora, permanecíamos. Achámos melhor levá-lo para a cave. Pusemo-lo junto do automóvel.

As mulheres, Maria José e D. Adília, tomaram a iniciativa de limpar melhor o chão. O

sangue que havia já estava coagulado.

No dia seguinte, foi todo o chão limpo e encerado de novo, a fim de apagar os vestígios de sangue e outros.

Quando dei por isso, estava uma garrafa de Porto com cálices na mesa. Fui incitado a beber também, não para festejar, mas para desanuviar o espírito. O que fiz sem hesitações.

Já sem a presença do cadáver,

ver, trocámos impressões sobre a melhor maneira de nos desfazermos dele.

Falou-se em pedir uma enxada e arranjar cal para o enterarmos num sítio qualquer, até na própria quinta.

Opus-me a esta solução, porque havia um caseiro na quinta e esta estava cheia de ervançal viçoso. Notar-se-ia logo a terra cavada no meio das ervas.

Também andar a pedir uma enxada e cal podia tornar-se suspeito. Seria divulgar demasiado. Acabaram por concordar todos comigo.

Decidimos levá-lo para a Praia das Maças. Segundo o João Jacques, o seu amigo ensinar-nos-ia um sítio adequado.

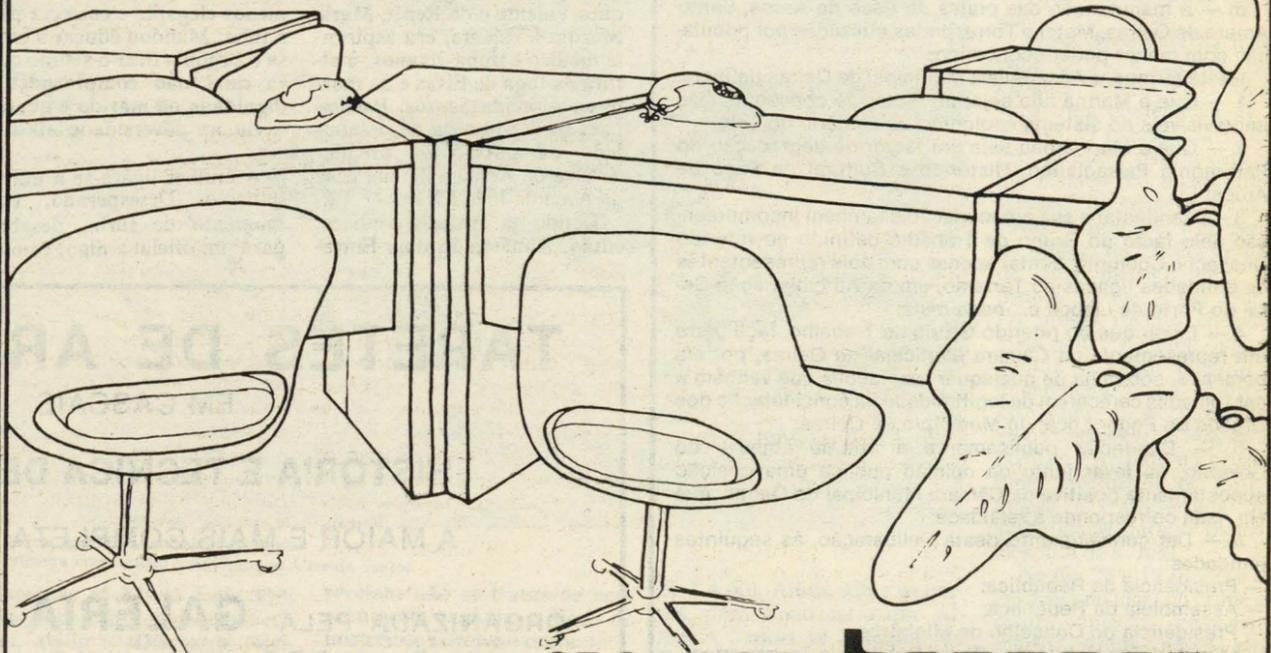
Com muito trabalho e atropalhação, conseguimos colocar o cadáver sobre a parte de trás do carro, entre os assentos, com um cobertor por cima. Estava rígido.

O cobertor deitá-mo-lo ao mar.

COMPANHIA DE SEGUROS **bonança**

NOVAS INSTALAÇÕES

FARO



COMPANHIA DE SEGUROS **bonança**

R. João Dias / Esquina c/ a R. 1.º Dezembro • Apartado 115 8002 Faro Codex

☎ 23 543 • 23 699 • 22 185

accionado pela Pide, tem apenas como investigadores Boim Falcão e Tinoco. Mas António Gil garante-nos, como certeza plena, que foi interrogado por Gouveia, que o tentou aliciar para uma pequena colaboração com a Pide — o que recusou — tendo-lhe, em troca, sido prometida a fuga, durante a reconstituição do crime, na venda da morte.

Para sair em liberdade condicional, ser-lhe-ão impostas algumas normas. Entre outras, segundo reza a sua caderneta prisional, «dedicar-se ao trabalho e manter conduta honesta; não acompanhar com indivíduos que se dediquem à política, que tenham cadastro por crimes contra a segurança do Estado e que sejam suspeitos de actividades subversivas». Mal saiu da prisão, telefona a Maria José. Almoça em casa dela. Maria José chegou mesmo a prometer-lhe dinheiro para montar um pequeno negócio.

Nos dias seguintes, telefonou, telefonou, mas a senhora deixara de estar em casa para António Gil. Encontra grandes dificuldades em arranjar emprego. Não tem referências, senão quase 13 anos de prisão.

Quanto a Jean Jacques encontrou-o, já depois do 25 de Abril, num comício do PCP. Mal se falaram

A reconstituição dos factos pelo antigo cabo, a sua visão dos personagens e dos acontecimentos é altamente negativa para Jean Jacques. Ao contrário, este será, sempre, em confissões no Tribunal e mais tar-

de, mesmo nas longas conversas que manteve com José Cardoso Pires, benévolo para com António Gil.

Ainda hoje, depois das investigações que levamos a cabo e dos documentos a que tivemos acesso, não conseguimos compreender o «ajuste de contas» do cabo Gil com Jean Jacques. E só podemos avançar uma hipótese: António Gil não perdoou que, após o assassinio de Almeida Santos, Jean Jacques se tornasse amante de Maria José. Ele era o único a quem não fora concedido provar o gosto da «maçã da tragédia». E se, porventura — o que não é pacífico — em Jean Jacques houvera também motivações políticas para a execução de Almeida Santos, as razões profundas de António Gil terão sido mais de carácter passional e pessoal. De um lado, Maria José a quem ele nunca teve «acesso»; do outro, as humilhações constantes por parte de Almeida Santos, o sentido de inferioridade em relação à capacidade intelectual e à condição económica e social de Jean Jacques.

Estas algumas hipóteses que lavtamos em relação a um personagem do crime, forte, fechado e que Cardoso Pires, retratou, em parte, na «Balada». Cultivou-se na prisão, tirando o ciclo preparatório, lendo Gorki («A Mãe») e Erico Veríssimo. Hoje, é um cidadão que cumpriu a sua pena, na plenitude dos seus direitos, que enfrenta o passado, tornando-o presente em papel e que confessa ao autor desta linhas, a propósito de Almeida Santos, quando a «Balada» nos faz encontrar: «Matá-lo-ia de novo.»

Enterrado no Guincho

Assim, de comum acordo, o João Jacques e o seu amigo Mourão, o autor destas linhas e, por sugestão do João Jacques para nos dar cobertura, a Maria José também.

E preparámo-nos para a marcha, à procura de local adequado.

Segundo a opinião do João Jacques, o corpo levaria uns doze dias a decompôr-se, se fosse enterrado em terra de cultivo.

Como ferramenta, levámos a pequena pá do fogão da chaminé, com que o João Jacques deu no Almeida Santos, quando já estava prostrado.

Levámos mais outro pequeno

ferro, que para nada serviu.

Muito antes de chegarmos à Praia das Maças, o Mourão abrandou a marcha e foi mirando o terreno, com a visibilidade que a noite e as luzes artificiais permitiam. De vez em quando, parava o carro. Ele e o João Jacques, como mais conhecedores da área, saíam a apalpar o terreno. Era só terreno pedregoso.

Já próximo da Praia das Maças, num pequeno pinhal, fui também verificar o terreno. Além de pedras soltas, havia, também, penedos que sobressaíam à superfície. Deviam ser grandes penedos. Pareciam cetáceos com a lombada de fora.

A escolha da praia

Batemos toda a área em volta. Só com um aluvião, daque-

les que o meu pai usava para arrancar cepa, se poderia fazer alguma coisa. E mesmo assim, não seria nada fácil.

Ainda tentámos espenicar algumas vezes, aqui e além, com a minúscula pá, mas não havia hipóteses.

Voltámos para junto da praia. Do alto dos penedos, a olhar as ondas, pensando na alternativa de deitar o cadáver ao mar. «Seria sacudido para fora de água, pelas ondas, ou os pescadores dariam com ele», opina o João Jacques.

Percorremos a Praia Grande, a Praia Pequena, e todas as praias que por ali havia. Também íamos sondando o terreno mais ao largo. Continuávamos com a incómoda encomenda no Volkswagen.

Chegámos, por fim, às dunas da Praia do Guincho. Segundo o João Jacques e o Mourão, ainda era o melhor sítio. Já que também a manhã se aproximava.

Com o carro encostado a uma berma da estrada alcatroada, do lado da praia, fomos inspeccionar melhor as dunas.

Eu e o João Jacques, com o auxílio do Mourão durante alguns metros, conseguimos transportar o cadáver pelas dunas.

Seguindo a sugestão de João Jacques, o Mourão voltou para o carro, permanecendo lá dentro com a Maria José. Assim, simulavam um par de amantes clandestinos, ainda assim não houvesse algum intruso curioso.

CRIME DO GUINCHO

José Cardoso Pires
BALADA DA PRAIA DOS CÃES



a história por detrás do 'best-seller'

Passaram, apenas, dois ou três automóveis àquela hora tardia, sem que qualquer deles tivesse parado para indagar do que se tratava.

A luz do farol

O farol da Praia do Guincho varria toda a areia em redor, num jacto de luz intensa (...)

As dunas protegiam-nos de, casualmente, sermos vistos de longe. Quando o jacto de luz se aproximava de nós, como um mirone espião, acaçapávamos-nos atrás das dunas. E esperávamos que o jorro de luz passasse. Uns segundos, era o bastante para mais outra etapa.

«Mais perto da água, também não convém, senão a maré

pode desenterrá-lo!» — diz o João Jacques.

Escolhemos um sítio a coberto do farol. E, numa grande ansiedade, começámos a escavar, ora com a pequena pá, ora com as próprias mãos, conforme nos desse mais jeito e fosse mais rápido.

Já tínhamos um barranco feito.

Embora baixo, estávamos animados de poder afundá-lo mais. Mas quê? As nossas mãos deram com um penedo de que não podíamos prever o tamanho. E deveria ser bastante grande.

«Para tentarmos outro local, poderá acontecer o mesmo», avantei.

«E se nos descuidamos, daqui a pouco começa a clarear e a haver gente.»

Arrojámos o cadáver e fizmo-lo rebolar para dentro da cova.

Enterrámo-lo imediatamente, e voltámos para onde estava o «par de namorados clandestinos», dentro do carro.

De vez em quando, voltávamos a cabeça, a dar uma olhadela ao local e ao jacto de luz do farol que, como um olho espião, continuava a pesquisar a praia, com rajadas de luz à sua volta.

Havia a hipótese do vento juntar mais areia no local. Ou, por outro lado, para não sermos optimistas, também podia varrer ainda mais areia do sítio e deixar o cadáver completamente a descoberto.

Tal como se processa com as dunas, o vento desfaz umas para fazer outras, já noutra local.

De qualquer modo, mal ou bem, estava feito.

O regresso foi rápido. Esperávamos-nos mais uns cálices de Porto.

Pelos dias adiante, as mulheres continuaram o rosário de lamentações pelo que o capitão lhes havia feito sofrer (...)

A presença física de Almeida Santos deixara de existir. Mas, ao executá-lo, não foi um acto vulgar de quem se suja de poeira e, depois de sacudir a roupa e ficar sem vestígios, continuar a vida como se nada tivesse acontecido.

Fi-lo na convicção de evitar males maiores. Pelo que isso não me trouxe quaisquer problemas de consciência.»

Assembleia Municipal de Oeiras

MOÇÃO

MARINA DE PAÇO DE ARCOS

A Assembleia Municipal de Oeiras, em reunião de 31 de Maio de 1983, aprovou, por maioria, duas Moções sobre o assunto em epígrafe, tendo sido a Mesa encarregada de fundir as referidas moções, o que se faz:

«Foi com grande surpresa que esta Assembleia Municipal tomou conhecimento do Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, publicado no «Diário da República» de 25.05.83, no qual é nomeado um grupo de trabalho com representantes da Secretaria de Estado de Turismo, Administração-Geral do Porto de Lisboa e Direcção-Geral de Turismo.

Este Grupo de Trabalho destina-se a estudar «uma metodologia de acção, baseada no tempo, que permita a tomada de decisões pelas diversas entidades envolvidas com competência na matéria».

Mais surpreendente é ainda o facto de no referido Despacho, se declarar textualmente:

«Considerando que são coincidentes os pontos de vista já expressos pela Administração-Geral do Porto de Lisboa, pela Direcção-Geral de Turismo e, ainda por outros organismos ouvidos por aquela Administração-Geral, designadamente a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, a Comissão do Domínio Público Marítimo e a Câmara Municipal de Oeiras.»

Com efeito a Câmara Municipal de Oeiras até este momento não tomou qualquer decisão, até porque embora insistindo com a Administração-Geral do Porto de Lisboa para que lhe fossem facultados os pareceres das diversas entidades, os mesmos nunca lhe foram facultados, não havendo garantias suficientes sobre alguns aspectos tão importantes como:

- a) — que a construção não implique graves saturações ao trânsito na Marginal;
- b) — a manutenção das praias de Paço de Arcos, Santo Amaro de Oeiras, Motel e Torre, praias utilizadas por população com menor poder económico;

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera:

- 1 — Que a Marina não seja um factor de consequências imprevisíveis no sistema ecológico do estuário do Tejo;
- 2 — Que a Marina não seja um factor de degradação do Património Paisagístico, Histórico e Cultural de Paço de Arcos;

3 — Manifestar a sua preocupação e também incompreensão pelo facto do Grupo de Trabalho definido no referido Despacho Conjunto, contar apenas com dois representantes de entidades ligadas ao Turismo, um da Administração-Geral do Porto de Lisboa e... nada mais;

4 — Exigir que do referido Grupo de Trabalho, faça parte um representante da Câmara Municipal de Oeiras, por ela nomeado, sob pena de quaisquer resoluções que venham a ser tomadas carecerem de legitimidade na consideração dos Órgãos do Poder Local do Município de Oeiras;

5 — Denunciar publicamente a atitude abusiva do Governo, ao levar junto da opinião pública uma posição supostamente positiva da Câmara Municipal de Oeiras, que em nada corresponde à realidade;

6 — Dar conhecimento desta Deliberação, às seguintes entidades:

- Presidência da República;
- Assembleia da República;
- Presidência do Conselho de Ministros;
- Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes;
- Secretaria de Estado de Turismo;
- Administração-Geral do Porto de Lisboa;
- Câmara Municipal de Oeiras;
- Assembleia de Freguesia de Paço de Arcos;
- Imprensa Regional do Concelho de Oeiras;
- Órgãos de Comunicação Social.

Jean Jacques: ideais enterrados na areia

«Uma vez ajoelhou-se diante da estátua de D. Afonso Henriques. Dedicou-se à filosofia e à religião. Quando esteve no seminário de Almada, visitava os bairros pobres distribuindo o que possuía (...) Não é, nunca foi comunista dada a sua formação cristã (...) O dilema era — morrerem todos ou matar para evitar um mal maior.»

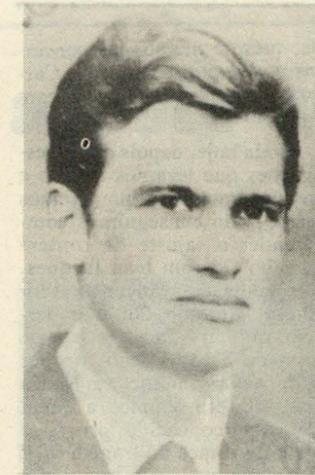
Sidónio Rito, advogado de Jean Jacques acabava de traçar, durante as alegações, o perfil do seu cliente. Acrescenta um jornal da época («Século», 18/5/61): «Sensação no auditório». Jean Jacques Marques Valente, filho do general Marques Valente e de Renée-Marie Marques Valente, era aspirante médico e tinha 28 anos, à altura da fuga de Elvas e da morte de Almeida Santos. Participou na Revolta da Sé, incumbido da missão de prender Kaúlza de Arriaga na sua casa na Avenida João XXI.

Detido na Trafaria conhece, então, Almeida Santos. Entre-

tanto, sofre uma grande crise afectiva. A mulher com quem casara e de quem tinha uma filha, começa a escassear nas visitas à prisão.

Sua mãe dirá no tribunal que ele casou apenas com o intuito de evitar uma situação legal menos elegante e correcta para a filha. Mandou educar a esposa (chegou a tirar o sétimo ano) «a qual não compreendeu a dignidade do marido e quando o viu na adversidade afastou-se».

A mulher ligara-se a um arquitecto. Desesperado, num momento de fúria, desabafa para um oficial amigo, com ele



Jean Jacques, aspirante-médico Reagiu ao medo com a morte

preso (é o próprio confidente que nos relata a conversa) que, se estivesse em liberdade, a ma-

tava e enterrava na areia. Poucos meses depois sepultava nas areias do Guincho, um cadáver, não o da esposa, mas sim o de Almeida Santos. Jean Jacques, em todo o processo de crime, desempenha o papel do idealista traído, do intelectual que, finalmente, encontrara em Almeida Santos o homem de acção («um homem duro, dominador, dedicado a um ideal. Chegara a ter grande veneração por ele», foi dito no Tribunal).

Jean Jacques não só na «Balada» como na realidade, era um torturado entre o pensamento e a acção. Julgaria poder servir-se da força dominadora, da capacidade executiva de Almeida Santos que, em derrapagem psíquica, se tornara incontrolável e uma fonte de pânico entre os seus companheiros. Assim, fala com o cabo e celebram um pacto de morte. Almeida Santos é executado. Jean Jacques é condenado a 19 anos de prisão. O preso 21 da Penitenciária, tenta suicidar-se. As visitas, sobretudo da mãe, exercem sobre ele um efeito depressivo. É então transferido para a Penitenciária de Coimbra, onde chega a casar, pelo rito católico. É posto em liberdade condicional em 1971. Hoje vive em Paris.

Sobre os acontecimentos que foi directo participante escreveu um «Diário Íntimo». Foi um dos guias de Cardoso Pires à balada trágica da «Vivenda Verde Pino».

Segundo nos informou António Gil, Jean Jacques depois do 25 de Abril teria estado ligado à comissão concelhia do PCP na Amadora, à Comissão de Extinção da Pide, abandonando o PCP, ainda segundo António Gil, depois do 25 de Novembro.

TAPETES DE ARRAIOLOS

EM CASCAIS

HISTÓRIA E TÉCNICA DESTA ARTE

A MAIOR E MAIS COMPLETA EXPOSIÇÃO

ORGANIZADA PELA GALERIA ARRAIOLOS

No Espaço T.E.C., Av. Marechal Carmona, 6 CASCAIS

(JUNTO AO PÃO DE AÇÚCAR)

Aberta até 10 de Julho das 15 às 21 horas

VISITAS DE ESTUDO PARA ESCOLAS COM PRÉVIA MARCAÇÃO

Maria José: a "amante do capitão de Cavalaria"

Maria José Maldonado Sequeira, tinha 27 anos à data da morte de Almeida Santos e, segundo o processo, era sua «amante» desde Janeiro de 1959. Marcada por uma turbulenta vida de amores, a «Zezinha de Chaves», como também era conhecida, voltou a casar recentemente, vivendo nos Estados Unidos da América.

Nasceu em Díli (Timor), onde o seu pai estava destacado como oficial do Exército. A sua mãe, Adélia Maldonado Sequeira, que a acompanhou em todo o percurso da tragédia, é natural de Travancas (Chaves), de boas famílias da província.

Maria José casa aos 17 anos com um próspero comerciante do Porto, de quem tem dois filhos. O marido tinha apenas 19 anos, à data do casamento. Estudara, interna, num colégio religioso do Porto. «Era das mulheres mais lindas da sua época, que não vai distante, mas quem a vê hoje não pode imaginar os encantos da senhora D. Maria José.» As palavras são de Laura Aroso (esposa de Albino Aroso) no Tribunal de Sintra, como testemunha abonatória. Também o tenente-coronel José Costa Gomes (irmão mais velho, do já falecido, marechal Francisco Costa Gomes, que era considerado um oficial de muito prestígio e superior inteligência), terá tido uma certa ligação, afectiva a ela, no seu relato ao Tribunal, observa: «Sou de Chaves. Conheço a senhora D. Maria José. Trata-se de uma senhora que foi arrastada. Ela tem uma formação religiosa. Levada por um impulso

sentimental, não teve força para determinar essa vontade. Mãe e filha fazem parte da melhor sociedade.»

Beleza e fatalidade, casamento aos 17 anos, são alguns dos ingredientes — a cremosidade nos tesmemunhos abonatórios — que levaram esta figura quase camiliana, a cruzar-se com os caminhos da morte, a envolver-se ou ser envolvida em amores vários, até ser presa da lúbrica garra de Boim Falcão, o «Lagosta», inspector da PIDE que, pela sua brutalidade, fora «despachado» da Polícia Judiciária. Ia buscá-la à cadeia de Tires — era então sabido, ser dito — para incursões nocturnas promissoras num hotel da Baixa. Albino Aroso (na altura do julgamento subdirector do Hospital de Santo António) que com ela se relaciona como visita de casa, considerava-a «100 por cento feminina».

Terá sido seduzida pelas artes insinuantes de Almeida Santos, instrutor de equitação dos seus filhos, figura elegante e frequentado da alta sociedade da capital do Norte.

Conduta suspeita

Mas se a sua figura de mu-

lher empurrada para a tragédia pela «fatalidade da beleza» comoveu a opinião pública da época, se no Tribunal raras são as vozes que contra ela se levantam, a ponto de a sua condenação não ultrapassar os seis meses, indícios há, ou mesmo acusações como a de Cunha Leal, de que cedo terá começado a ter uma conduta suspeita.

Já em Elvas, no dia da fuga, o seu comportamento foi considerado estranho. Fora ela quem conduziu, com o alferes Amaro Monteiro de «pendura», o Plymouth vermelho e vistoso do capitão Amílcar Domingues também preso no Forte de Elvas, Mal chegou, ao tentar estacioná-lo, perto do posto da PIDE, bateu noutro carro. Como se nada fosse, a Polícia mandou-a em paz, sem lhe ter feito uma pergunta sequer. Mais tarde, desaparecida, durante duas horas, com as pessoas à procura dela (nomeadamente a mãe de Jean Jacques, que também se encontrava em Elvas e estava a par da fuga).

Após a descoberta do cadáver, por pedido do seu irmão, entrega-se à PIDE, que a envia para a Polícia Judiciária. Aqui, «cantará» tudo. Aliás, uma notícia de «O Século» (19.4.60), tirada de uma nota da Judiciária, relata: «Liga-se também importância à colaboração prestada, através de interrogatórios, por uma senhora de nome Maria José com quem o ex-capitão Almeida Santos acompanhava ao cruzeiro da morte.»



Maria José, amante do capitão
Os maus tratos, na origem do crime

Já em liberdade, segundo nos confidenciou António Gil, Maria José deslocava-se com frequência ao estrangeiro. Quem lhe tratava dos papéis

seria o inspector Mortágua, da PIDE.

Finalmente, Maria José denunciou não só Jean Jacques e António Gil como autores do

assassinio, mas também a casa onde estão refugiados (informação a que tivera acesso porque, mesmo separados, ela e Jean Jacques, através da mãe deste continuaram a corresponder-se).

Já depois do 25 de Abril, parava com duas ou três amigas na Sul-América, uma pastelaria próxima do Liceu D. Leonor.

Aí, Jean Jacques levou uma vez José Cardoso Pires que não quis que lhe fosse apresentada, mas tão-somente vê-la.

Serão aliás, Mena, o advogado e o chefe Covas os personagens da «Balada» que mais se afastam da realidade, aqueles em que a ficção é mais patente.

Imagens negativas

A imagem que Maria José dá de Almeida Santos, para a opinião pública, em pleno Tribunal, não é das mais positivas. Além de denunciar os maus tratos a que fora sujeita, com alguma crueza de linguagem, declara que o capitão, nos últimos tempos, se tornara impotente, e que nos seus tempos de «amantes» em liberdade, a levava «a denunciar falsamente um indivíduo de ter roubado as minhas jóias, depondo ele próprio nesse processo, dizendo-se meu primo».

Com efeito, a queixa (contra o marido), não tinha fundamento, pois as jóias vieram a ser encontradas na posse de Maria José.

Passados 23 anos sobre o crime, ainda o papel de Maria José, não está completamente esclarecido. E também a sua relação com Almeida Santos. É opinião de Cunha Leal: «Começou a colaborar com a Polícia quando viu que não tinha herói todos os dias.»

Investigadores da PJ: promovidos e premiados

Foram muitos os investigadores do caso do crime do Praia do Guincho. Resolvido o *imbroglio*, a Polícia Judiciária pôde dizer que realizara o trabalho mais difícil dos últimos anos. Recebeu as graças e mercês dos ministros do Interior e da Justiça.

O director da Polícia Judiciária, o juiz Orlando Gomes da Costa, foi promovido a corregedor, por distinção. Na altura, disse-se que fez um trabalho duplo: Uma no prego (Judiciária), outra na ferradura (colaboração dada pela Pide). O inspector adjunto Garcia Domingues, que não teve muito trabalho nas investigações, é, hoje, director-geral adjunto da Polícia Judiciária.

Garcia Domingues foi professor de Direito na Escola da Pide, e subdirector da Censura. Aquando do 25 de Abril, foi afastado da PJ, refugiando-se em Paris. Regressou seis meses mais tarde.

O subdirector Corte Real (uma pessoa muito considerada e bem vista na Judiciária) subiu a juiz de primeira. Correia das Neves, inspector (e que da hierarquia superior da PJ foi o mais ligado às investigações) teve umas férias em Paris onde afinal esteve só quatro dias.

Ao chefe Saraiva coube-lhe um louvor no «Diário do Governo». Perguntado por um dos directores se estava satisfeito, respondeu que «Diários do Governo» não pagam contos do merceeiro. Após a investigação do crime (e ele será o que mais próximo está da figura do chefe

Elias Santana, o «covas» da «Balada», foi colocado como chefe da PJ em S. Tomé e Príncipe. Teria dito, durante o julgamento, a Cunha Leal: «Eles não me vão ouvir. Sou uma testemunha incómoda.» Presentemente, está reformado, algures na Beira Alta. Glória Santos, o outro chefe de brigada empenhado nas investigações, actualmente reformado, acabaria por transitar para a Pide, como inspector.

Há, contudo, mais agentes da Judiciária que a apareceram como testemunhas de acusação no julgamento dos autores do assassinio de Almeida Santos. Entre eles, destaca-se Henrique Parente, oficial da Legião considerado, «ouvido e olhos» de Gomes da Costa, colocado numa secção em que se tinha por certo haver provas de colaboração com a LP e a Pide. Está, ainda, ao serviço e recentemente, «chumbou» no concurso para subinspector.

As investigações

As investigações da Polícia Judiciária, que nunca deixaram de ser condicionadas pelas interferências da Pide, foram, em parte, facilitadas pelas de-



A Polícia Judiciária na Praia do Guincho
A primeira investigação à sepultura de Almeida Santos

clarações de Maria José. Três dias depois de descoberto o crime, ainda o «Diário de Notícias» (3.4.60), tendo como fonte a Polícia Judiciária (e houve uma grande colaboração entre a Imprensa e a Polícia Judiciária que fez desta investigação uma questão de prestígio), escrevia: «Pormenores um tanto estranhos observados no corpo

revelam não se tratar de acto criminoso comum. Algo de misterioso envolve o crime.»

Na sequência das investigações, a PJ cai na armadilha das cartas «enviadas» de Paris. E, sob a mãozinha de luva da Pide, publicita a tese de que «o caso deixa transparecer um acto de punição exercida por núcleo ilegal» (comunicado da PJ

de 3.4.60). Ainda sobre as cartas, dará como certo que Almeida Santos se ausentou do Forte para França, donde chegou a escrever (de Paris) a pessoas de família em 10 de Março (uma dessas cartas é publicada nesta reportagem «O Jornal»), tendo regressado ao País clandestinamente por via marítima. Mais tarde, a Polícia (com a

colaboração de Maria José) compreenderá que o envio das cartas de Paris se tratou de um ardil. Maria José vai dando informações, até revelar à PJ o local onde os fugitivos estão. Ainda nesse dia, a PJ desloca-se à Trafaria para falar com os oficiais que tinham sido transferidos com Almeida Santos para o Forte de Elvas e que em Fevereiro de 1960 tinham regressado à Trafaria. Estamos no dia 23. Nessa noite, já com os dados todos na mão, agentes da PJ e elementos da GNR avançam para o Cacém onde prendem Jean Jacques e António Gil que não oferecem resistência.

Horas depois, já na madrugada de 24, o director da PJ, Orlando Gomes da Costa convoca uma conferência de Imprensa. O Estado-Maior da PJ está presente para o acto solene. É dado um relato circunstanciado do crime e da fuga de Elvas. Anunciam a apreensão, no refúgio do Cacém de Cima, de uma metralhadora, uma pistola Savage, e um revólver. Os presos tinham chegado à meia-noite. Às duas horas da manhã de 24 são identificados oficialmente como autores do assassinio. São interrogados ainda essa noite. A mãe de Jean Jacques é avisada da prisão do filho. Acometida de forte comoção é transportada numa ambulância para o banco do Hospital de S. José.

No dia 25 a PJ procede a escavações no local do crime e encontra objectos pessoais do morto. Ainda nessa altura, apesar de estar já a par de quase toda a verdade, a PJ continua a admitir «em princípio, que tenha havido mandantes que vivem na clandestinidade».

No primeiro de Maio a PJ dá como praticamente concluídas as investigações.

Cunha Leal: cinco dias de prisão

Cunha Leal é, geralmente, apontado como o suporte de um dos personagens da última ficção de José Cardoso Pires — o advogado Gama e Sá, ainda que para o autor da «Balada», três personagens devam bem mais à ficção do que à realidade: o advogado, Mena e o chefe Elias. Pelo crime da praia do Guincho, esteve cinco dias preso (16 a 21 de Abril de 1960), durante os quais se manteve

Da sua parte, Cunha Leal comunga de uma versão que não é coincidente com a da «Balada» (nem teria que sê-lo, neste caso), e que difere substancialmente das versões de Jean Jacques e do cabo Gil — Maria José Maldonado Sequeira, a Zezinha de Chaves, a «Mena» da «Balada», a partir de dado momento, tornou-se informadora da Pide.

A Pide farejava em tumula-

res areias de praia, pegadas de comunistas.

Para lá das conveniências imediatas — e então se metesse militares era ouro sobre rosas — a polícia política experimentava então sérios reveses e deficiências postas a nu com a grande e colectiva fuga de Peniche, com Álvaro Cunhal à cabeça. O director da Pide, Agostinho Lourenço, caíra, ganhando, com um irmão, a Papelaria

em greve de fome, foi acareado com Maria José, agitou a tão condicionada opinião pública e, diga-se de passagem, nunca ficou bem esclarecida a sua actuação, não no crime, mas em relação aos antecedentes e personagens que nele estiveram envolvidos. Hoje, passados mais de 20 anos revela o santo-e-senha da sua «participação» nos acontecimentos.

Fernandes que tinha o monopólio da venda de impressos para alimentação da burocracia do Estado e do Exército.

(Mas, andante, andante, como diria o chefe Elias).

De algum modo, Cunha Leal sente-se magoado pelo personagem que o reflecte na «Balada», como foi posto a circular. Muitos advogados, directa ou indirectamente envolvidos no caso Almeida Santos, ter-se-ão

sentido aliviados, por não serem parte reconhecível na ficção de Cardoso Pires.

«No livro, há uma injustiça muito grande pelo menos em relação aos advogados», dizem Cunha Leal, que recorda o comportamento dos juristas no caso do julgamento dos implicados no 12 de Março (Revolta da Sê), lendo-me, a propósito, excertos de algumas alegações.

«Cardoso Pires transcreve actas deixando-me a sangrar.»

Fora isto (e sobre a matéria já conversaram, a dois, o autor da «Balada» e Cunha Leal), o advogado é de opinião que «no romance a ficção é muito ultrapassada pela realidade».

A mulher comprou-lhe o livro por altura do Natal. Também por essa data entram-lhes os filhos em casa e dizem-lhe: «O pai é maltratado no livro», «Eu li, então, o livro. Um pouco à vol d'oiseau.»

E, daqui, partiu a necessidade de esclarecer alguns pontos mais obscuros na realidade, e outros transformados, na ficção.

Nunca foi advogado de Almeida Santos

Cunha Leal tem o primeiro encontro com Almeida Santos, ainda na Trafaria, através de Sousa Tavares que era, na verdade, o patrono do capitão. Cunha Leal era apenas advogado de outros dois oficiais presos na Trafaria: major Molarinho do Carmo e capitão Amílcar Ferreira Domingues (o carro da fuga de Elvas pertencia a este oficial).

Cunha Leal vai, ainda, duas vezes, a Elvas, ao Forte da Graça. Numa dessas visitas, Almeida Santos diz-lhe: «Eu tenho hipótese de fugir do Forte.»

No relato de Cunha Leal: «Ele queria saber de mim se corria riscos de apanhar uma grande pena. Se corresse, ele fugia.»

O advogado é de opinião que a pena será leve. «Ainda bem que disse isso, pois então pohnho a fuga de parte.»

A fuga e os encontros

Como noutra local pode ser lido, a fuga deu-se de 29 para 30 de Novembro de 1959. E não deixa de ser estranho o diálogo anterior, se tivermos em conta que os fugitivos (Jean Jacques e Almeida Santos) apenas estiveram dias no Forte de Elvas, pois abandonaram a Casa da Reclusão da Trafaria, no dia 17 de Março, como se pode ler numa carta de Almeida Santos a Cunha Leal, a cujo original tivemos acesso.

Na carta, escrita com uma letra que mais parece feminina, e em envelope lacrado, dá a entender que a fuga estaria já a ser preparada há mais tempo. Numa outra carta, sem data, mas com o carimbo dos correios de Elvas de: 29 de Novembro, dia da fuga, ainda Almeida Santos «aperta» com Cunha Leal para que apressem o julgamento. Por outro lado, as cartas são elucidativas dos problemas de dinheiro de Almeida Santos, problemas que vão ter particular importância no desenrolar da história e no julgamento dos seus executores, no Tribunal de Sintra.

Lê-se, na carta de 17 de Novembro: «Mais uma violência se consumou, hoje, com a nossa transferência forçada para o forte da Graça, em Elvas, sem prévio aviso, com aparato e remetendo-nos a uma quase incomunicabilidade. Aqui lhe deixo este desabafo, certo que o aproveitará para continuar a sua luta por nós, pois, se o meu amigo não o fizer, ninguém mais terá coragem para ela. Apertem os bem, não se preocupe com o



Cunha Leal, advogado Suspeito para as polícias

resto, pois todos lhe sabem já dar razão.»

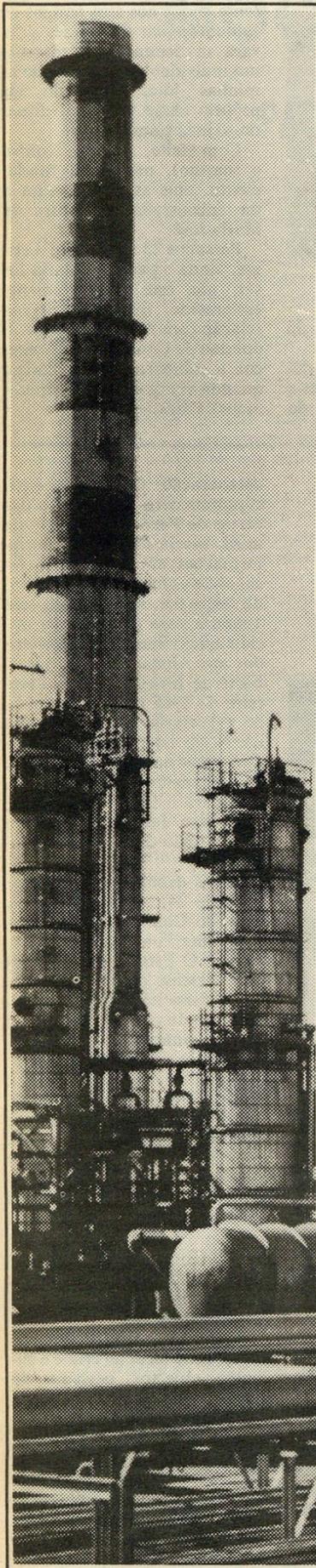
As cautelas do prego

Diz Cunha Leal: «Estou a ler a notícia da fuga dele e acontece o seguinte: chego ao escritório e tenho uma carta de Almeida Santos. Fala nas cautelas do prego. Encontro-me com Sousa Tavares no Hotel Borges. Mas, a partir daquele momento, já não posso pagar as cautelas.»

Lendo, atentamente, as cartas fácil é verificar que a carta referente às cautelas, além de vir registada e lacrada, tem o carimbo de recepção em Lisboa de 19 de Novembro. A carta que chegou depois da fuga, não se refere sequer às cautelas.

Escreve Almeida Santos, na carta que chegou a Lisboa, no dia 19 de Novembro: «Embora com aquela relutância que sempre se tem quando se pede, venho dirigir-me a si para lhe pedir um grande favor. Junto, envio 7 cautelas de penhores, que são o testemunho de alguns sacrifícios que tenho feito, nesta atribulada vida que me exige muitos mais. Simplesmente, não tenho processo de pôr os juros em dia, por estar completamente exausto. São objectos de bastante valor, mais do dobro por que estão aviados e seria uma enorme pena perdê-los. A cautela branca de «A Renascente» tem de ser paga até ao dia 20 do corrente. As outras do «Serra e Almeida», por especial concessão que me fizeram, terão que ser postas em dia por todo este mês, pois o leilão é em princípio de Dezembro. Os juros em atraso orçam por 1 800\$00 aproximadamente. Por isso, vinha rogá-lhe para conseguir liquidá-los, ficando as cautelas em seu poder como penhor das importâncias que tenha de despende. Estou já a ver os protestos da sua generosidade, mas necessito que fique com elas, porque mesmo, não sei se mas poderá entregar tão cedo!»

«O moral é bom, não falta coragem nem determinação para continuar a suportar estoicamente tão duras provações. Suponho que isto tudo não passa dum modesto treino, para outras que, com certeza, se seguirão. Aguardo notícias suas com enorme ansiedade. Conte-nos as reacções do tal juiz que tem





PETROGAL

Emissão de 1.500.000 OBRIGAÇÕES

no valor nominal de 1.000\$00 cada

<p>TÍTULOS de 1, 5 e 10 Obrigações ao portador ou em certificados. Livre transmissão dos títulos.</p> <p>SUBSCRIÇÃO não sujeita a rateio, aberta de 4 a 8 de Julho de 1983, podendo ser antecipado o prazo de encerramento da subscrição.</p> <p>PAGAMENTO integral no acto de subscrição.</p> <p>COTAÇÃO nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto.</p> <p>JUROS Taxas do 1.º cupão, 26,5%; para cada um dos cupões seguintes, a taxa de juro será</p>	<p>a correspondente à máxima que as instituições de crédito estejam legalmente autorizadas a abonar no caso de depósitos a prazo superior a 180 dias, mas não a 1 ano, em vigor no primeiro dia de cada período de vencimento de juros, acrescida do diferencial de 0,5%.</p> <p>Vencimento semestral em 15 de Março e 15 de Setembro de cada ano. Pagamento do 1.º cupão: 15 de Março de 1984.</p> <p>Rendimento real de 27,4% nas condições actuais.</p> <p>AMORTIZAÇÕES ao par, por sorteios anuais.</p>	<p>Primeira Amortização: 15 de Setembro de 1985.</p> <p>Última Amortização: 15 de Setembro de 1988</p> <p>PRÉMIOS DE REEMBOLSO (a acrescentar ao valor nominal de cada Obrigação amortizada). Na 1.ª amortização, 50\$00; na 2.ª, 75\$00; na 3.ª, 95\$00; na 4.ª, 115\$00.</p> <p>ISENÇÃO DE IMPOSTOS de Capitais e Complementar</p> <p>ENTREGA DE TÍTULOS DEFINITIVOS até à data de pagamento do 1.º cupão.</p>
--	--	---

Informe-se, peça o folheto explicativo e SUBSCREVA

(de 4 a 8 de Julho)

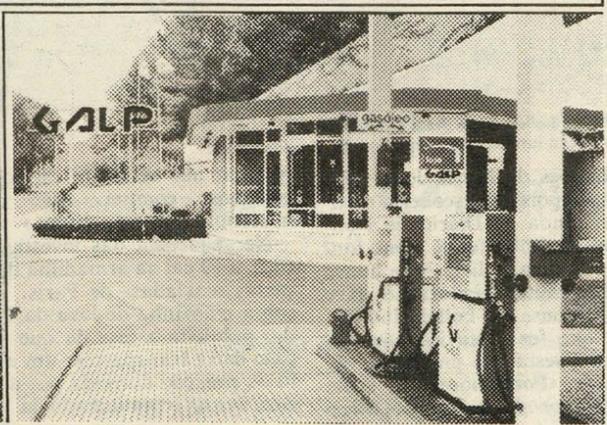
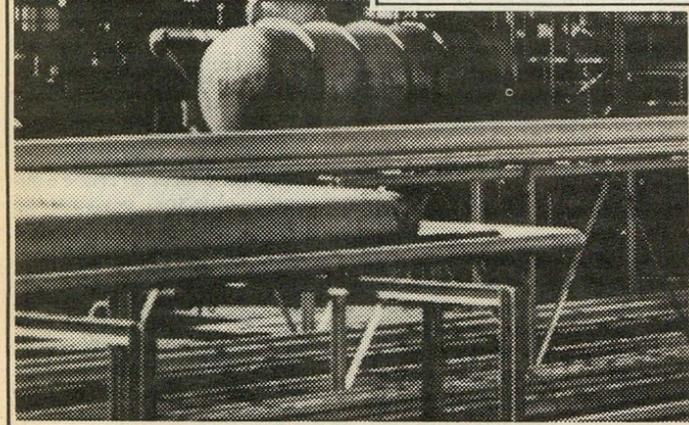
aos balcões de qualquer instituição de crédito bancário

OBRIGAÇÕES PETROGAL 83

emissão tomada firme por 15 instituições de crédito



PETROLEOS DE PORTUGAL, E.P.
A MAIOR EMPRESA DO PAIS EM VOLUME DE VENDAS



tanta pressa em julgar-nos que até permitiu que nos enviassem para um presídio em que se cumprem penas, já atribuídas disciplinarmente ou em condenação no Tribunal. Como acharam que a situação é imoral, resolveram torná-la ainda pior. Quero também renovar-lhe o meu pedido de tomar a seu cargo a minha defesa, caso o meu advogado tenha algum ataque e se assuste irremediavelmente.»

A prisão por cumplicidade

Na noite de 16 de Abril de 1960, quando passeava com a sua família, perto onde residia então, na zona do aeroporto, é preso pela Polícia Judiciária. Cunha Leal pensa que é detido para esclarecer o caso das cauteias de penhores que tinha entregado a Sousa Tavares que, por sua vez, as apresentara na Polícia Judiciária. Mas não. À margem da cópia do mandato de captura estava escrito:

Rigorosamente incomunicável

A primeira acusação é-lhe feita na qualidade de presumível ocupante do automóvel que conduziu Almeida Santos na fuga do Forte.

Difícil seria de suportar esta acusação, quando Maria José já se apresentara à Polícia Judiciária. Hoje, sabe-se que foi Maria José que conduziu o Plymouth descapotável de Elvas até Travancas.

Uma carta de Salazar

Está convencido o advogado da Rua Augusta que foi preso pela Polícia Judiciária, às ordens da PIDE. Com efeito, tal pode ser levado a concluir, se atentarmos nos termos da carta de Salazar em resposta a uma carta do pai de Cunha Leal, datada de 17 de Abril. Quatro dias depois, responde Salazar (exactamente no dia em que Cunha Leal é libertado): «Só ontem me foi presente a carta de V. Ex.ª de 17 e é esse o motivo por que mais cedo não respondi. Precisei, também, de

CRIME DO GUINCHO



a história por detrás do 'best-seller'

me inteirar do assunto e não dizer alguma coisa precipitadamente. Felizmente a parte essencial que amargurava V. Ex.ª já pode ser resolvida, e com isso me congratulo.

Compreendo bem o desgosto que lhe causou a detenção do seu filho. Houve porém exagero da sua parte em pensar que haveria o propósito de sustentar uma acusação horrível; não havia mais que o desejo e a ne-

cessidade de averiguar a verdade acerca do assassinio do cap. Almeida Santos e, se possível também, alguma coisa das actividades conspiratórias do dr. Cunha Leal. A Polícia tem deveres a que não pode furtar-se, e os Estados, seja qual for a sua organização, têm de defender-se. É assim a vida.»

Reconhece, pois, Salazar que a Polícia Judiciária além de investigar um crime que já na

altura da detenção de Cunha Leal era apagado de motivações essencialmente políticas, meteu a mão em tarefa alheia: investigar as actividades conspiratórias de um opositor.

Greve de fome

A acusação a Cunha Leal foi subindo de tom, a ponto de ser dado como suspeito na execução de Almeida Santos. Mal chegou à Judiciária, Cunha Leal afirma, peremptoriamente: «Não como nem bebo enquanto aqui estiver.»

E assim cumpriu, bebendo, apenas, um golo de água com uma aspirina.

No relato que nos fez, ao cabo de três horas de detenção, teria dito: «Bem, vou confessar. Sim, fui eu que o matei. Mas não fui só eu. Havia mais outro responsável.»

Dr. Corte Real, subdirector da PJ: «Eu bem dizia que havia mais outro.»

Cunha Leal: «Quem o matou foi o sr. Correia das Neves.»

Correia das Neves que hoje, segundo julga Cunha Leal, estará a advogar em Elvas, era o inspector directamente encarregado das investigações, «poderia» ser o Otero da «Balada». Ao todo, foram-lhe levantados 18 autos.

Cunha Leal, ainda hoje, não perdoa o comportamento adoptado em relação a ele (ignorando por completo a sua detenção) do director da PJ da altura, o juiz Orlando Gomes da Costa, tanto mais que, pouco tempo antes, o mesmo lhe fora interceder para arranjar um emprego ao seu cunhado. Cunha Leal era então director da Companhia de Seguros «A Soberana».

No seu segundo dia de prisão, o advogado é acareado com Maria José. Cunha Leal garante-nos que é a primeira vez que a vê. Não surpreende a sua beleza, ao contrário de todas as outras testemunhas e intervenientes no crime que a dão

Meneres Pimentel o acusador público

Meneres Pimentel, como juiz-ajudante do Procurador da República foi o acusador público dos seis réus que começaram a ser julgados no Tribunal de Sintra no dia 8 de Maio de 1961, por implicação no assassinio do capitão Almeida Santos.

O tribunal era presidido por António Mendonça Lino Neto, tendo como juizes-assessores António Júdice de Magalhães de Barros Baião e Bernardino Rodrigues de Sousa. O delegado da comarca era Herlânder Antunes Martins.

Estavam incriminados Jean Jacques, o cabo António Gil, Maria José, mãe de Maria José, mãe de Jean Jacques e o aspirante Fernando Mourão.

Como testemunhas de acusação apresentaram-se Cunha Leal, chefe Canhoto e agentes Teixeira, Parente, Urbano e Serras. De defesa da mãe de Jean Jacques: o general Adelino Veríssimo, brigadeiro José Macieira Santos, tenente-coronel João Carlos de Sousa, coronéis Gaspar Sá Carneiro e Castro Pereira, major Antunes Ferreira, e dr. José Augusto Fernandes. Como testemunhas de Jean Jacques: o general Costa Lopes, Maria Carolina Tito Morais e Maria Lígia Monteiro Cabeçadas.

Sidónio Rito era o advogado de Jean Jacques e da mãe; Duarte Turras do cabo Gil; Montalvão Machado, de Maria José e mãe, Heliodoro Caldeira, de Fernando Mourão que respondeu à revelia. Jean Jacques foi condenado em 19 anos de prisão maior; António Gil em 18 anos; Maria José em 18 meses de prisão correcional; a mãe de Maria José, em seis meses substituídos por multa; a mãe de Jean Jacques em três meses substituídos por multa, ficando a pena suspensa por dois anos.

O cabo Gil veria a sua pena

agravada com mais dois anos, sentenciados pelo Tribunal Militar por agressão a um soldado e furto de material de guerra do forte de Elvas. Meneres Pimentel pedira para os réus penas de 24 e 30, defendendo que houve premeditação no crime e a mo-



Meneres Pimentel
Ele foi o acusador público

tivação fora de carácter essencialmente político. O Tribunal não reconhece a premeditação nem a perigosidade dos réus. «O colectivo deu como comprovado que o homicídio fora cometido com desumanidade, sem compaixão, nem comiseração, mas sim com ódio, perversidade e malvadez. Verificou-se que houve falta de respeito pelos mortos, enterrando-os fora do local próprio, o cemitério.»

VARIG anuncia novos horários para quem gosta de viajar acordado... ou de dormir a sesta

Para além dos voos diários que mantemos entre Portugal e Brasil, acrescentamos agora* dois voos diurnos a partir de Lisboa e do Porto:

ÀS SEXTAS-FEIRAS		
LISBOA	RECIFE	RIO DE JANEIRO
Partida às 12.00 h	Chegada às 15.25 h	Chegada às 19.00 h
AOS SÁBADOS		
PORTO	RIO DE JANEIRO	
Partida às 12.25 h	Chegada às 19.55 h	
Continuando a privilegiar a ligação entre os dois países, anunciamos ainda um novo voo:		
ÀS SEXTAS-FEIRAS		
PORTO	BELÉM	RIO DE JANEIRO
Partida às 01.10 h	Chegada às 05.00 h	Chegada às 09.00 h

* a partir de 20 de Junho

VOCÊ MERECE VARIG TODOS OS DIAS

CONSULTE A SUA AGÊNCIA DE VIAGENS OU A



VARIG

LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS

como uma belíssima e fatal mulher.

Diz Maria José: «Eu e Jean Jacques estamos convencidos que foi o senhor doutor que disparou o gatilho.»

Cunha Leal indigna-se. E recorda hoje: «Ela tinha pedido para estar à guarda da polícia, com receio que a matassem. Ela foi pedir protecção à polícia.» Eu digo-lhe: «A senhora parece uma corça assustada.» A noite, comete o seu grande erro. Pergunta para a polícia: «Agora já me posso ir embora, não posso?»

«Durante dois dias, serviram o almoço e o jantar à senhora, à minha frente. E eu estava em greve de fome.»

Após cinco dias de detenção, Cunha Leal é posto em liberdade.

O caso, como já vimos, che-

gara até Salazar. A Polícia Judiciária, perante o brado que dera a prisão do jurista, vê-se obrigada a emitir um comunicado: «Nunca os interrogatórios se prolongaram para além da meia-noite / uma hora, até por respeito pela sua resistência física, já que Cunha Leal se recusou a tomar alimentos, mesmo quando trazidos por familiares.»

Ainda na noite em que sai da prisão, Cunha Leal dirige-se, directamente, ao «Diário de Lisboa», para pedir contas a um redactor pelas «aleivosias» que, acerca dele, escrevera. Mas não há ninguém na redacção, àquela hora.

Encontros com Almeida Santos

Cunha Leal emite, dias depois da sua libertação, um esclarecimento sobre os seus contactos com Almeida Santos.

Recolhido do «Diário Popular» (2.5.60): «Encontrou-se **uma única vez** com Almeida Santos, a pedido deste e sob invocação da sua qualidade de amigo e advogado, em fins do mês de Fevereiro do ano em curso (...). Foi precisamente nessa ocasião que o sr. capitão Almeida Santos lhe pediu para arranjar 20 contos (...). Limitou-se a enviar-lhe três contos.»

O capitão Almeida Santos é abatido exactamente quando lia a carta de Cunha Leal, dando-lhe conta de que só lhe podia enviar três contos.

Esta versão, porém, não é pacífica.

Em «O Século» do dia 19 de Abril de 1960, a Polícia Judiciária dá como «inequívoca a ligação de Cunha Leal com Almeida Santos através de terceira pessoa».

Se, no livro de Cardoso Pires, essa pessoa é a «Mena» (Maria José), na realidade, tra-

tou-se da mãe desta, Adélia Sequeira.

Recorda hoje Cunha Leal que, um dia, lhe apareceu no escritório uma senhora, com uma carta de Almeida Santos. «Eu até julguei que era alguém a pedir-me um emprego.» Por

incumbência do capitão, devia arranjar um automóvel. Cunha Leal responde-lhe: «Para conspiração, não sirvo.» Acaba, porém, por aceder a encontrar-se com a senhora no café Tatu, donde seguiram para a vivenda de Rio de Mouro. Aqui, Almeida Santos diz-lhe: «**Peço-lhe que fale baixo.** E pede-me para ir lá segunda vez.»

É convicção de Cunha Leal que havia mais gente na vivenda. Havia, por certo, mãe e filha, mas estavam ainda refugiados em Travancas (Chaves), Jean Jacques e António Gil, que chegaram a Rio de Mouro apenas quatro dias antes do crime. No depoimento que presta ao Tribunal de Sintra (12.5.61), Cunha Leal afirma que «em 27 ou 28 de Fevereiro viu pela última vez, na vivenda de Rio de Mouro, Almeida Santos, de quem foi grande amigo. Adélia procurou-o cinco vezes, mas sempre já depois de cometido o crime, sempre em nome de Almeida Santos, a última das quais em 23 de Março». Nesse dia, Adélia viera-lhe pedir mais dinheiro, pois, segundo ela, tinham feito muitos gastos com uma cerca de arame.

Contudo, António Gil, no relato que faz dos acontecimentos, e que com Jean Jacques chegara à vivenda de Rio de Mouro apenas na noite de 12 de Março, escreve a páginas 125 do seu relato dos acontecimentos: «Foi talvez no segundo dia que o dr. Cunha Leal foi à vivenda acompanhado pela D. Adélia. Assim que ele chegou, eu e o Jean Jacques metemo-nos no quarto.»

Esta versão faz crer que

CRIME DO
GUINCHO



a história por detrás do 'best-seller'

Cunha Leal esteve, pelo menos duas vezes, na vivenda Verde Pino.

A PIDE a par de tudo

Onde a versão de Cunha Leal é mais controversa é quando sustenta que, desde o início, a PIDE esteve a par de tudo. Para tanto, recorda um episódio que se passou com Alberto Martins, proprietário da vivenda de Rio Mouro, dirigente da Sociedade Central de Cervejas e antigo futebolista. Foi chamado à PIDE. Disse-lhes: «Eu tenho uma chave da casa.» «Esteja tranquilo — responderam-lhe. Nós também temos uma chave da casa.» Mas como se tal não bastasse, Cunha Leal revela que o irmão de Maria José, tenente da Marinha, a visitava com frequência e que foi do Clube Naval, mas com a PIDE a acompanhá-lo, que telefonou para a vivenda, dizendo-lhes que fugissem.

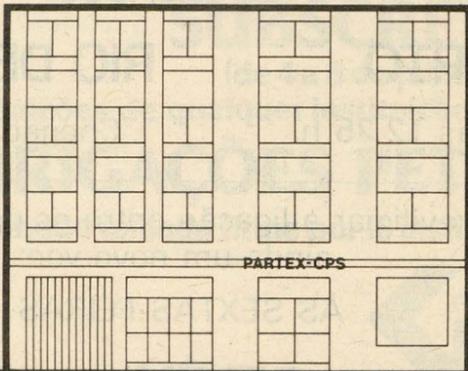
É também sua opinião que eles estavam a preparar a fuga, sem conhecimento de Almeida Santos. Este, que tinha «um olhar de aço», ter-lhes-ia dito: «Se eu desconfio de vocês, vocês estão liquidados.» Para Cunha Leal, a PIDE «deu-lhes asas», pois estava interessada em saber qual a rede revolucionária em que o capitão estava envolvido. Revela Cunha Leal: «Almeida Santos encontrou-se algumas vezes com oficiais, nomeadamente Lopes da Silva.»

Mas Almeida Santos estava já isolado. Acreditou que bastava uma subscrição para ter o dinheiro necessário. Na lista que forneceu a Cunha Leal, vinha à cabeça um advogado então muito conhecido na nossa praça, com quem era impossível contar. Depois oficiais. Mas, recorda Cunha Leal, hoje, que dos oficiais só recebeu 900\$00 e que o resto até per fazer os três contos foi posto da sua algibeira. E os seguintes três contos mensais continuaram a ser da sua algibeira...

Ainda hoje, a figura de Almeida Santos lhe é grata, mas não descarta a hipótese de estarem silenciadas nos subterrâneos mais íntimos da memória dos mais directos intervenientes as motivações verdadeiras do crime que levou o cadáver de Almeida Santos às areias da praia do Guincho.

UMA NOVA SEDE
em edifício próprio

- Estudos de Viabilidade
- Projectos de Engenharia
- Gestão de Projectos
- Organização e Métodos
- Informática
- Organização da Manutenção
- Serviços de Inspeção
- Avaliação de Recursos Naturais
- Formação



PARTEX

Companhia Portuguesa de Serviços, S.A.R.L.

Avenida 5 de Outubro, 160-162 • 1000 Lisboa • Portugal
Telex 14708 PARSER P
Tel. 735013

roguipal

SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE. S.A.R.L.

ARMAZÉM

LOJA — 100 m²

CAVE — 300 m²

SUB-CAVE — 300 m²

ALUGAMOS ESPAÇO, TOTAL OU PARCIAL EM REGIME DE DEPÓSITO A PRAZO

Rua Vale Formoso de Cima, 125
(Transversal à Av. Mar. Gomes da Costa)

CONTACTAR 386285 . 540019 . 548269